EDWALDO COSTA
RICARDO DA SILVA RODRIGUES
(ORGANIZADORES)

COMUNICAÇÃO

INFLUENCIANDO, PERSUADINDO E GERANDO IMPACTO

Atena Editora
Ano 2025

EDWALDO COSTA
RICARDO DA SILVA RODRIGUES
(ORGANIZADORES)

COMUNICAÇÃO

INFLUENCIANDO, PERSUADINDO E GERANDO IMPACTO

Atena Editora
Ano 2025

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Comunicação: influenciando, persuadindo e gerando impacto

Diagramação: Thamires Camili Gayde
Correção: Jeniffer dos Santos
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Edwaldo Costa
Ricardo Rodrigues

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C741 Comunicação: influenciando, persuadindo e gerando impacto / Organizadores Edwaldo Costa, Ricardo Rodrigues. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2025.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-3135-0
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.350252901

1. Comunicação. I. Costa, Edwaldo (Organizador). II. Rodrigues, Ricardo (Organizador). III. Título.

CDD 302.2

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DO AUTOR

Para fins desta declaração, o termo 'autor' será utilizado de forma neutra, sem distinção de gênero ou número, salvo indicação em contrário. Da mesma forma, o termo 'obra' refere-se a qualquer versão ou formato da criação literária, incluindo, mas não se limitando a artigos, e-books, conteúdos on-line, acesso aberto, impressos e/ou comercializados, independentemente do número de títulos ou volumes. O autor desta obra: 1. Atesta não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação à obra publicada; 2. Declara que participou ativamente da elaboração da obra, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final da obra para submissão; 3. Certifica que a obra publicada está completamente isenta de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirma a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autoriza a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

APRESENTAÇÃO

A comunicação é uma força transformadora, capaz de remodelar realidades, moldar percepções e influenciar comportamentos. Sob o título "Comunicação: influenciando, persuadindo e gerando impacto", este e-book reúne reflexões multidisciplinares que destacam o papel central da comunicação em diversos contextos: sociais, educacionais, organizacionais e tecnológicos. A coletânea, composta por cinco artigos, apresenta análises críticas e reflexivas sobre questões contemporâneas que conectam a comunicação a fenômenos variados e complexos.

No primeiro artigo, "Aproximações e Reflexões entre Identidades, Inteligências e Comunicação Organizacional", os autores investigam as relações entre conceitos como inteligência, identidade e comunicação em ambientes organizacionais, propondo perspectivas singulares para a compreensão de dinâmicas internas e fenômenos constitutivos das organizações. Em seguida, o texto "Comunicação Pública e Transparência Ativa nos Sites de Prefeituras Municipais do Estado do Maranhão" analisa o cumprimento, pelos cinco maiores municípios maranhenses, das diretrizes de transparência ativa estabelecidas pela Lei de Acesso à Informação (LAI), contribuindo para o debate sobre comunicação pública e cidadania.

O terceiro artigo, "A Radioeducação no Ensino Inclusivo e Alfabetização Científica: Impactos de 100 Anos", explora o potencial do rádio como ferramenta educacional, destacando suas possibilidades na inclusão social e na alfabetização científica, enquanto identifica lacunas no uso de conteúdos radiofônicos voltados ao público não letrado. Já o artigo "O Jornal como Ferramenta de Emancipação: Construindo Cidadania e Consciência Crítica na Educação" discute, sob uma perspectiva teórica, a relevância de produtos jornalísticos como recursos pedagógicos para a formação cidadã e o estímulo à consciência crítica em sala de aula. Por fim, o artigo "Pirâmides e Paralelepípedos no Multiverso: Sobre Fato, Versão, Consenso e Verdade" apresenta uma reflexão filosófica sobre a construção do pensamento crítico como um processo contínuo, moldado por experiências, reflexões e influências teóricas ao longo da formação acadêmica e prática.

Este e-book propõe análises e discussões a partir de múltiplas perspectivas – científica, comunicacional e social – e deve ser lido considerando-se a diversidade e a riqueza inerente a cada contribuição. Com sua pluralidade de temas, autores e abordagens, espera-se que esta obra fomente o debate crítico e interdisciplinar, oferecendo uma contribuição significativa ao campo da comunicação.

Edwaldo Costa
Ricardo Rodrigues

SUMÁRIO

APROXIMAÇÕES E REFLEXÕES ENTRE IDENTIDADES, INTELIGÊNCIAS E COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

Data de submissão: 26/11/2024 *Data de aceite: 21/01/2025*

Boanerges Lopes
Jornalista, professor titular da UFJF/MG e pesquisador. Doutor em Comunicação pela UFRJ e mestre em Comunicação pela Umesp, autor de livros, Conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa, ABI

Flávia Cadinelli
Jornalista e Mestre em Comunicação e Identidades pela UFJF/MG

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de apresentar possíveis aproximações e suscitar reflexões entre os conceitos de inteligências, identidades e comunicação nos ambientes organizacionais com o intuito de proporcionar leituras e olhares singulares sobre as organizações e os fenômenos que as constituem. O texto estrutura-se a partir de uma releitura bibliográfica e estimula reflexões que permitem pensar sobre as respectivas realidades e suas ações comunicativas. Questões se destacam ao longo do texto e nos fazem refletir: Por que é importante desenvolver e aplicar o conceito de inteligência nos ambientes organizacionais? Como a teoria das Inteligências Múltiplas pode afetar políticas de comunicação nas empresas? Quais fatores podem ajudar a explicar as diferenças na sensibilidade das culturas influenciadas pela inteligência empresarial?
PALAVRAS-CHAVE: identidades, inteligências, comunicação organizacional

ERA NOÉTICA – CONHECIMENTO E ESPIRITUALIDADE

O físico e filósofo Marc Halévy (2010), define a história da humanidade marcada por ciclos e em desenvolvimento através de uma espiral irregular que corta eixos ou fases (ruptura, ascensão, auge e declínio), aponta para uma nova paisagem humana, fundada sobre novos valores, marcos, modos de vida e prioridades e garante que é uma época de ruptura. O ritmo desenfreado das inovações e as organizações em rede flexíveis e fluidas superam em todo o mundo as pesadas e graves hierarquias piramidais e a rápida obsolescência dos saberes, produtos e tecnologias caracterizam um panorama denso, complexo e qualificado, cheio de significados e ressignificados em escala global. Para Halévy define-se uma

revolução noética (do grego noos: espírito, inteligência, conhecimento), onde além das coisas materiais é preciso estar atento aos valores do espírito e cuidar dos aspectos cerebrais. Por exemplo, cada cérebro ativo possui 100 bilhões de neurônios, sendo que um neurônio médio conecta-se com mil outros espalhados pelo cérebro, levando um cérebro adulto a conter algo em torno de 100 trilhões de conexões neuronais distintas. Se compararmos, há algo na ordem de 40 bilhões de páginas na web com uma média de dez links por página – o que significa que dentro de nossos crânios existem redes de alta densidade e muitas ordens de magnitude maior que toda a internet. Com isso, é importante gerar estímulos capazes de promover mais plasticidade no intuito de adotar novas configurações, promover o que o Johnson (2003) define como “Borda do caos” – zona fértil entre o excesso de ordem e o excesso de anarquia – e assim, estimular a criação de novas possibilidades, imagens e mitos, estimular posturas preparadas para mudanças e altamente resilientes. Ou, o que William James já prenunciava ao afirmar que em vez de pensamentos de coisas concretas seguindo-se pacientemente uns aos outros, temos os mais abruptos atalhos e transições de uma ideia para outra, as mais refinadas abstrações e distinções, as mais inauditas combinações de elementos....um caldeirão fervilhante de ideias, em que tudo está chiando e se agitando num estado de desnorteante atividade, em que parcerias podem ser estabelecidas ou rompidas num instante, a rotina monótona é desconhecida e o inesperado parece ser a única lei.

Havély também lembra que o momento está atrelado a uma economia das ideias, onde ao contrário da economia clássica, não se baseia em noções de raridade e penúria, de um objeto que pertence ou não a alguém e de um valor que depende de quanto ele é raro. Para o estudioso, a ideia não pertence a ninguém, e o fato de compartilhá-la não prejudica a quem a detém, pois ganha mais valor à medida que se torna norma, ou seja, quanto mais é rapidamente partilhada e, consequentemente barateada. Serres (2003) propõe a partir do conceito de “hominescências”, um novo homo sapiens (do latim, homem sábio e racional) universal habitante dessa Era, e um pensamento filosófico que o imagine incandescente, repleto de possibilidades, consciente das mudanças que vêm ocorrendo ao seu redor. A partir do neologismo, Serres descortina uma análise global da situação humana nas várias dimensões da vida e das ciências: existência, espiritualidade, cultura, economia, política, biologia, genética, tecnologias. De forma transparente nos faz refletir sobre a vasta condição humana. Em insights desconcertantes, revela sínteses da situação humana atual e passada, desenhando e projetando um futuro de escolhas que hoje recai sobre cada um de nós, ao pensarmos globalmente e agirmos localmente. Segundo ele, o saber disseminou-se, a coletividade invadiu o indivíduo e o novo humanismo se faz do poder que adquirimos de acesso ao global, onde a relação precede a existência.

INTELIGÊNCIAS EM FOCO

Identidades são sempre diversas como atesta o sociólogo Zigmunt Baumann (2012). Bem como as inteligências são múltiplas, garante o psicólogo Howard Gardner (2010). Dentre as origens temos do latim *intellectus* , de *intelligere* = inteligir, entender, compreender. Composto de íntus = dentro e *légere* = recolher, escolher, ler (cfr. *intendere*). Ainda do latim *intelligentia*, de *inteligens* = inteligente. E ainda intelecção: *intus legere actionem* = ler dentro da ação, compreender dentro. Ou seja, basicamente podemos afirmar que a inteligência é a capacidade mental de raciocinar, planejar, resolver problemas, abstrair ideias, compreender linguagens e aprender. Praticamente, nos séculos XIX e XX, acreditou-se que a inteligência era algo que podia ser facilmente medido, determinado e comparado através de testes, como o famoso teste de QI.

Com o tempo pesquisadores começaram a notar que havia alguns casos de pessoas que obtinham resultados medíocres nos testes de QI, mas que se davam bem na vida pois eram disciplinadas, persistentes e carismáticas. Johnson aponta que o QI aumentou 10% na década de 80 em relação aos anos 1950 e hoje está 25% maior também em relação a década de 50. O que pode suscitar uma primeira questão básica: Como pessoas consideradas "burras" pelo teste de QI poderiam ter tanto sucesso, mesmo considerando este aumento significativo do QI de um século para o outro? Podemos pelo menos afirmar que com a Teoria das Inteligências Múltiplas (TIM) de Howard Gardner, a inteligência deixa de ser vista como algo unidimensional e restrito. Desponta como uma alternativa para o conceito de inteligência como capacidade inata, geral e única, que permite aos indivíduos uma performance, maior ou menor, em qualquer área de atuação.

Gardner ajuda a redefinir inteligência à luz das origens biológicas da habilidade para resolver problemas. Da avaliação das atuações de diferentes profissionais em diversas culturas, e do repertório de habilidades dos seres humanos na busca de soluções, culturalmente apropriadas, para os seus problemas, Gardner trabalhou na "contramão", em um sentido inverso ao suposto desenvolvimento, retroagindo para eventualmente chegar às inteligências que deram origem a tais realizações.

Em seus estudos, Gardner apresenta ideias em que os seres humanos são capazes de desenvolver, pelo menos, oito diferentes modos de conhecer o mundo, ou seja, os humanos normais possuem, pelo menos, oito inteligências. De acordo com sua concepção, podemos conhecer o mundo através da linguagem, da análise lógico- matemática, da representação espacial, do pensamento musical, do uso do corpo ou de partes dele para resolver problemas ou para fazer coisas, de uma compreensão de outros indivíduos e de uma compreensão de nós mesmos, bem como de uma compreensão da natureza ou da nossa existência como seres conscientes.

Gardner afirma ainda que nas situações culturais são utilizadas mais do que uma inteligência e, em alguns casos ao mesmo tempo. Nada pode ser feito através do exercício de uma única inteligência, garante. Gardner diz também que todas as inteligências são parte da herança genética humana, e se manifestam nas crianças em algum nível básico, independentemente da educação ou do apoio cultural. Assim, para Gardner, os seres humanos possuem certas capacidades essenciais em cada uma das inteligências.

Se tomarmos uma entre as muitas definições que circulam sobre a ideia de inteligência – associada ao conceito de MI - que é a da aptidão para organizar comportamentos, descobrir valores, inventar e sustentar projetos, resolver problemas, entre outras possibilidades, ou se buscarmos uma, entre tantas noções de identidade, por exemplo, a de que ela é metaforicamente o DNA – conjunto de informações genéticas contido na estrutura de moléculas orgânicas de cada pessoa, que a faz especial e distinta de todas as demais – da empresa e que se traduz no conjunto de atributos que a faz única, diferente de todas as outras, a aproximação com o campo da comunicação nas organizações permite reflexões interessantes e desafiadoras. Ainda mais se pensarmos nessas conexões em um cenário global de incertezas, mudanças e velocidade, onde as organizações necessitam ser inteligentes (entenda-se que o termo “guarda-chuva” inteligência pode ter sentidos afins ou conexos, mas especificamente aqui é empregado como atividade ou ação efetiva de processar conhecimento, uma vez que, destaca o pesquisador Gilberto Carvalho, a aquisição e a aplicação de conhecimento são biologicamente inerentes a qualquer entidade viva), adquirindo e aplicando conhecimentos no intuito de sobreviverem e expandirem. Para Nancy Assad (2010, pag.59), essa inteligência geradora de conhecimentos nas empresas e instituições, a inteligência empresarial, é inovadora no sentido de buscar constantemente detectar e corrigir os eventuais erros, o que oxigena a todo tempo as inovações internas na visão panorâmica organizacional. E ajuda na correção dos rumos. Assim, garante Assad, a inteligência empresarial inovadora sintetiza a capacidade para criar, adquirir e transferir conhecimentos, revolucionar comportamentos, promover insights. Só que visando atender os objetivos deste texto, a inteligência empresarial deve ser pensada prioritariamente a partir da reflexão inicial de Bueno (2011, p. 38), ao enfatizar que ela não se coaduna com a adoção de uma lógica cartesiana e trabalha fundamentalmente com os conceitos de incerteza e complexidade. E com isso nos remete a pelo menos mais três tipos de Inteligência: organizacional, competitiva e social.

De acordo com McMaster a Inteligência organizacional é a capacidade de uma organização de reunir informação, criar conhecimento, gerar inovação, e atuar efetivamente naquilo que produz a partir desses quesitos. Resende acrescenta ao afirmar que é um somatório que aglutina algumas das indicações de McMaster mais rentabilidade, efetividade, perenidade, qualidade, modernidade e produtividade. Para Albrecht (2006), ela integra visão estratégica, alinhamento e congruência, destino compartilhado, pressão por desempenho e apetite por mudanças.

Segundo Teixeira, a inteligência empresarial dá suporte aos negócios, reduz riscos e impulsiona o desenvolvimento de produtos e serviços. E a Inteligência competitiva ou de mercado parte da empresarial e se constitui em possibilidade de identificar informações da concorrência e do mercado de um modo geral, bem como auxilia de forma determinada no processo decisório. No caso da Inteligência social, quem a desenvolve tem uma enorme facilidade em entender o que as pessoas pensam, sentem e desejam. Normalmente as lideranças intrapessoais são mais reservadas, exercendo a liderança de um modo mais indireto e por isso influenciando através de idéias e não de ações.

Talvez a definição de Maturana (2010) para inteligência consiga sintetizar a importância de se atentar para o assunto nos ambientes organizacionais. Segundo ele, a Inteligência é a capacidade fundamental de plasticidade, de tal modo que podemos participar de vários domínios de consensualidade e nos mover livremente de um domínio consensual ao outro com expansão do próprio domínio consensual.

IDENTIDADES POSSÍVEIS

Somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente, na medida que os processos de significação e representação cultural se multiplicam, garante Stuart Hall. Para Carl e Carrieri (2003, p.92) "a identidade é conceituada como um resultado, um estado psicossocial, que pode variar no tempo, não sendo, portanto, fixa." Ela poderá se alterar decorrente de situações internas e externas, e exige da gestão empresarial a reflexão constante para que sejam adotadas narrativas e estratégias a fim de equilibrar o grande sistema complexo organizacional, garantindo sua unidade e também sua reputação perante seus públicos.

No âmbito organizacional, a identidade pode apresentar diferentes configurações. A identidade organizacional é um elemento de diferenciação essencial para a construção de identificação dos públicos com a empresa. Kunsch (2003) atribui a identidade corporativa a "uma manifestação tangível da personalidade da organização", que compreende seus valores, características, o que a empresa é e o que faz. Assim como a identidade individual, atrelada às organizações, ela também é complexa e mutável.

Albert e Whetten (apud Pratt e Foreman, 2000) definem possibilidades como: (1) ideográfica, quando não há uma unidade sobre a identidade da organização; conseqüentemente diferentes grupos, subgrupos e unidades da organização mantêm múltiplas identidades; (2) holográfica, isto é, múltiplas identidades são compartilhadas por todos na organização. Para Pratt e Foreman (2000) múltiplas identidades organizacionais podem ser gerenciadas, resultando até mesmo em vantagens para as organizações, como, por exemplo, a maior possibilidade de satisfazer as expectativas de seus membros, melhorar a sua capacidade de criatividade e aprendizado, além de facilidade em reter mão-de-obra diversificada. Outro aspecto envolve os que consideram as identidades organizacionais como flexíveis e mutáveis. Elas podem passar de positivas a negativas ou vice-versa, dependendo dos acontecimentos, resultados e impactos das empresas.

Neste Século XXI podemos falar em uma Identidade Multipropósito? Segundo Baudrillard e Denzin sim. Eles afirmam que a Identidade individual deixou de existir e deu lugar a uma entidade multipropósito. Um repositório de imagens orientado para o consumo. Uma entidade que assume referências e absorve modismos culturais. Passamos a entender nós mesmos, aos outros e às relações de acordo com os discursos dominantes na mídia.

Ao conectarmos Identidades e inteligências, inevitavelmente remetemos a comunicação. Gilberto Carvalho (2010, p.136), considera a comunicação social um ponto importante para uma empresa ser mais ou menos inteligente, pois para que haja fluxo de conhecimento de efetiva qualidade, é preciso que seus integrantes se comuniquem inteligentemente. Nas interações sociais dentro e fora da organização, relativas a dado fluxo de conhecimento, deve haver ganho de qualidade do que é capturado até sua transformação final em conhecimento aplicado: ou seja, ação.

Bueno (2009) entende, no entanto, que a consolidação da comunicação empresarial como processo de inteligência deve passar, obrigatoriamente, pela utilização da pesquisa como ferramenta básica, já que apenas ela pode contribuir para qualificar as informações e os conhecimentos de que as organizações dispõem sobre o comportamento de seus públicos, sobre a eficácia de seus produtos, ações e estratégias, e mesmo sobre os aspectos críticos envolvidos com situação de crise de imagem ou de relacionamento com a mídia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos, a evolução e visão do futuro devem emergir de múltiplas correlações identitárias e inteligentes para atingir o que Johnson denomina bottom-up, ou seja, o processo de emergência. A emergência é precisamente o “movimento das regras de nível baixo para a sofisticação do nível mais alto”. (Johnson, p. 14) As formas de emergência são, então, aquelas que têm a qualidade de se tornarem mais inteligentes, mais adaptáveis e mutantes ao longo do tempo. Johnson, baseado em um estudo de Deborah Gordon, “Formigas em ação” que durante anos monitorou o deslocamento de formigas e a estrutura de formigueiros, chegou a conclusões interessantes como, por exemplo, as colônias de formigas lidam com a complexidade das tarefas sem que haja alguém diretamente no comando. Através de relações colaterais e de feedback intenso constroem e organizam “por si mesmas” todo o trabalho do formigueiro, dando forma a um complexo sistema ordenado, com seus aposentos, suas conexões, seu “cemitério” e seu “lixão”. O comportamento emergente, diz Johnson, é uma mistura de “ordem e anarquia”. Jonhson também associa a evolução ao conceito de zoom longo. Quando contemplamos a história sob a perspectiva privilegiada do zoom longo, descobrimos que ambientes produtivos exibem padrões similares de criatividade em múltiplas escalas ao mesmo tempo. Os administradores de alta escala terão evidentemente seu lugar, mesmo nas organizações de poder mais distribuído, mas não terão mais o papel de centralizadores. O que importa é como extrair o máximo da inteligência coletiva existente na instituição. Mas, poderiam os princípios da emergência ser utilizados nas organizações e instituições? São as corporações capazes de conviverem com estruturas de tipo bottom-up, sem os tradicionais comandos centrais?

Existem em desenvolvimento alguns modelos circulares que podem remeter aos modelos celulares. Uma organização que assim funciona permite a formação de uma unidade estrutural básica relacionada com ou semelhante a um ser vivo e de enorme complexidade. Cientistas dizem que instruções contidas no DNA da célula ocupariam algo em torno de mil livros de 600 páginas cada um. Cada célula é um mundo repleto de até 200 trilhões de diminutos grupos de átomos. O nozinho do DNA – um quinto do mais ínfimo grão de poeira – tem informações em seus três bilhões de pares-bases capazes de encher duzentas listas telefônicas de quinhentas páginas cada uma. Se todas as cópias de DNA contidas nos cem trilhões de células do corpo humano fossem atadas umas às outras, teriam comprimento equivalente a 1300 vezes a distância da Terra ao Sol. É um processo altamente estimulante, já que bastante intuitivo e tácito. Foge do paradigma da pirâmide hierárquica e avança para os fluxos de energia. Faz parte de um processo dinâmico. Não é uma receita acabada. Trata-se de uma forma de navegar que passa por transformações de acordo com impulsos internos e externos. Quando uma empresa é compreendida como um organismo vivo e consegue ser eficaz na construção de pontes existenciais com os indivíduos e grupos que nela trabalham e que com ela interagem, ela ganha características orgânicas, isto é, características de seres vivos. Sócrates dizia que sem pensar na vida não valia a pena viver. As implicações para a prática organizacional em um modelo assim constituído pode facilitar a implementação de mudanças nas tarefas e nos contextos, a superação e administração dos limites críticos e áreas de interdependência e o desenvolvimento de respostas operacionais e estratégias adequadas, além de outras possibilidades.

Acredito que o caminho associativo entre inteligências múltiplas e identidades pode ser interessante para fomentar ambientes organizacionais a também proporcionarem a Identificação das percepções. Voltando-se cada vez mais para as possibilidades cognitivas. Precisamos ampliar os estudos relacionados ao cérebro, a mente e o comportamento das pessoas, observar as contribuições significativas que estão sendo oferecidas nos últimos anos pelas neurociências. Autores aqui citados e tantos outros produtores de conhecimento de qualidade devem estar nos projetos e políticas estratégicas e nas pautas de cursos de treinamento e aperfeiçoamento das equipes de comunicação e nos meios acadêmicos. Normalmente estamos conscientes de uma quantidade bastante limitada de tudo que somos capazes de experimentar e acabamos não aproveitando integralmente nossas habilidades. Precisamos trabalhar melhor nossa atenção seletiva. Entender que as pessoas têm seus canais de comunicação preferenciais com os quais se entendem melhor com o mundo. Envolvem sons, falas, melodias, cores, formas, e principalmente aspectos cinestésicos como sensações e sentimentos. As organizações contemporâneas devem estar atentas para transformar informações sensoriais em percepções significativas. A diversidade de canais, quando bem observada e utilizada, pode se transformar na prática, em cores mais harmoniosas nos ambientes e em publicações empresariais atraentes; setores bem constituídos e distribuídos; posicionamentos mais agradáveis e respeitosos;

atendimento acolhedor; apelos emocionais bem dosados; etc. Com uma identidade bem definida, a projeção da imagem se dá de forma natural e se concretiza em uma excelente reputação. Precisamos estabelecer novos olhares que avancem e se constituam para além do simples comunicar: Paulo Freire nos legou a lição de que o dialogar é imprescindível, pois potencializa a vida. Uma noção muito clara, relacionada com esse novo comunicar, pode ser representado pelo símbolo da leminiscata. Uma figura geométrica em forma de hélice que é o sinal matemático do "infinito". Simbolicamente, a lemniscata representa o equilíbrio dinâmico e rítmico entre dois polos opostos. Está na dupla hélice do DNA presente em todos os seres vivos deste planeta. Ainda verificamos a formação de lemniscatas nos movimentos pendulares observados na Física; na báscula do andar humano; no crescimento dos vegetais e na disposição de suas flores e folhas; nos movimentos de regência da musical e no movimento do Tao. Ao estimularmos esse equilíbrio de fluxos levamos as pessoas a atos de corresponsabilidade, reciprocidade, on-board, contexto, engajamento e reconhecimento.

Talvez a resposta se complemente mais uma vez no pensamento de Maturana, onde predomina a necessidade de uma nova abordagem para a comunicação pela qual cada pessoa ouve o que ouve ou diz o que diz de acordo com sua própria determinação estrutural e não por um conduto que liga emissor-receptor levando os fenômenos sociais a resultarem da manutenção de certa regularidade comunicativa.

REFERÊNCIAS

AGUERA**,** Llorenç Guilera.(2008) **Além da inteligência emocional.** SP: Cengage Learning.

ALBRECHT**,** Karl (2006). **Inteligência social**. SP: M. Brooks.

ANTUNES, Celso (2010). **As inteligências múltiplas e seus estímulos** (16ªed.). SP: Papirus.

A.OLIVEIRA**,** Marco (2009). **A face oculta da empresa**. RJ: Senac

ASSAD**,** Nancy Alberto (2010). **As cinco fases da comunicação na gestão das mudanças**. SP: Saraiva.

BALDISSERA, Rudimar (2008ª. P. 31-50). Por uma compreensão da comunicação organizacional. In: SCROFERNEKER, Cleusa Maria Andrade (org.). **O diálogo possível: comunicação organizacional e o paradigma da complexidade.** Porto Alegre: EDIPUCRS.

BAUMAN, Zygmunt (2012). **Isto não um diário**. RJ: Zahar editora.

BUENO, Wilson da Costa (2009). **Comunicação empresarial: políticas e estratégias.** SP: Saraiva,

FASCIONI, Lígia (2010). **DNA Empresarial – identidade corporativa como referência estratégica.** SP: Integrare.

GARDNER, Howard (2010). **Inteligências múltiplas ao redor do mundo**. Porto alegre: Artmed.

HALÉVY, Marc (2010). **A era do conhecimento - princípios e reflexões sobre a revolução noética no século XXI**. SP: Editora Unesp.

JOHNSON, Steven (2003). **Emergência, a vida integrada de formigas, cérebros, cidades e softwares.** Rio de Janeiro: Zahar.

KUNSH, Margarida Maria Krohling (2003). **Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas**. SP: Difusão Editora.

LIVERMORE, David (2012). **Inteligência cultural**. RJ: BestSeller.

MARINA, José Antonio (2009). **Teoria da inteligência criadora**. RJ: Guarda-chuva.

MATURANA, Humberto R.;VARELA, Francisco J. (2010). **A árvore do conhecimento**. SP: Palas Athena.

PELLANDA, Nize Maria Campos (2009). **Maturana & A Educação**. BH: Editora autêntica.

PRATT, M. G.; FOREMAN, P. O. (2000). **Classifying managerial responses to multiple organizational identities.** The Academy of Management Review.

SANTAELLA, Lucia. (2007) **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. SP: Paulus. SERRES, Michel (2003). **Hominescências.** RS: Bertrand Brasil.

SODRÉ CARVALHO, Gilberto de Abreu. (2010) **A empresa inteligente – inovação constante para sobrevivência.** RJ, Imago.

CAPÍTULO 2

COMUNICAÇÃO PÚBLICA E TRANSPARÊNCIA ATIVA NOS SITES DE PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO MARANHÃO

Data de submissão: 16/11/2024 *Data de aceite: 21/01/2025*

Kamila Mesquita
Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho, Portugal. Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Especialista em Gestão de Comunicação e Marketing. Graduada em Comunicação Social, Relações Públicas (UFMA), Universidade Federal do Maranhão, São Luís – MA
https://orcid.org/0000-0001-6591-1954

RESUMO: Este artigo pretende avaliar se os cinco maiores municípios do estado do Maranhão têm atendido às diretrizes de transparência ativa estabelecidas pela Lei de Acesso à Informação (LAI). Para tal, realizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, com delineamento exploratório-descritivo através da observação direta e sistemática dos sites institucionais e Portais de Transparência dos municípios. A LAI representou um importante avanço no debate e nas ações sobre transparência no Brasil, contribuindo para o fortalecimento da cultura da transparência e da prestação de contas, promoção de melhorias nos processos de organização e gestão de dados dentro dos órgãos públicos, assim como estímulo ao governo aberto e a participação da sociedade no controle da gestão pública. A análise realizada demonstrou avanços significativos no cumprimento das diretrizes estabelecidas pela LAI em relação à transparência ativa. Essas diretrizes têm servido de base para a construção dos Portais, e mesmo que alguns deles ainda necessitem de ajustes, de maneira geral, a disponibilização das informações tem sido realizada.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Pública. Transparência. Prefeituras. Sites.

PUBLIC COMMUNICATION AND ACTIVE TRANSPARENCY ON THE WEBSITES OF CITY HALLS IN THE STATE OF MARANHÃO

ABSTRACT: This article aims to assess whether the five largest municipalities in the state of Maranhão have complied with the active transparency guidelines established by the Access to Information Law (LAI). To this end, a qualitative research study was conducted, with an exploratory-descriptive design through direct and systematic observation of the institutional websites and Transparency Portals of the municipalities. The LAI represented an important advance in the debate and actions on transparency

in Brazil, contributing to the strengthening of the culture of transparency and accountability, promoting improvements in the processes of organization and data management within public agencies, as well as encouraging open government and the participation of society in the control of public management. The analysis carried out demonstrated significant progress in compliance with the guidelines established by the LAI in relation to active transparency. These guidelines have served as a basis for the construction of the Portals, and although some of them still require adjustments, in general, the information has been made available.
KEYWORDS: Public Communication. Transparency. City Halls. Websites.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a informação vem sendo cada vez mais reconhecida como um bem público, produzida e custodiada pelo Estado, mas pertencente à sociedade, sendo fundamental "para a garantia do livre fluxo das informações e das ideias, o princípio de que os órgãos públicos detenham informações não para eles próprios, mas em nome do povo" (Khan, 2009, p.01). E, embora a prerrogativa do cidadão de obter informações de caráter público possa ser aparentemente óbvia, as legislações que garantem o acesso a elas são relativamente novas.

No Brasil, a partir da redemocratização e da promulgação da Constituição Federal de 1988, observou-se a construção de uma nova relação entre Estado, Governo e Sociedade. Os cidadãos têm buscado, cada vez mais, formas de acompanhar e participar das decisões que envolvem os interesses coletivos, exigindo dos governos a criação de mecanismos legais que assegurem respostas a estas demandas, tendo como base a comunicação pública, entendida como o processo comunicativo entre as instituições públicas e a sociedade, promovendo a troca e o compartilhamento de informações de interesse público (Novelli, 2006).

Em 2011, foi instituída a Lei nº 12.527, a Lei de Acesso à Informação (LAI), que dispôs sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios para ser garantido o acesso às informações públicas, já previsto na Constituição Federal. O Brasil foi um dos últimos países a regulamentar o direito de acesso às informações públicas, de forma que a LAI representou um grande avanço na história das iniciativas que buscam instituir e ampliar o acesso a essas informações.

Ter acesso às informações públicas é um direito estratégico para o respeito e a efetivação de outros direitos que integram a Constituição. A utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) vem somar, representando uma oportunidade de atualizar e potencializar os espaços de comunicação e interação com a sociedade. Os sites institucionais tornam-se importantes repositórios dinâmicos de informações, acessíveis pelos cidadãos em qualquer tempo e lugar, através da internet. A própria LAI traz a obrigatoriedade da divulgação dessas informações através de sítios oficiais.

Nesse cenário, observamos que as instâncias de poder público mais próximas do cidadão são as administrações municipais. Os investimentos realizados e as decisões tomadas pelos gestores refletem diretamente na vida da população local. Consideramos, assim, que é importante verificar se e como as prefeituras divulgam atualmente as informações nos seus sites, de maneira proativa, permitindo aos cidadãos compreender o funcionamento das prefeituras, assim como acompanhar tais decisões.

Essa pesquisa nasce, então, com o objetivo de avaliar se os cinco maiores municípios do estado do Maranhão têm atendido às diretrizes de transparência ativa estabelecidas pela LAI. Para tal, realizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, com delineamento exploratório-descritivo. O processo de coleta de dados foi feito por meio de observação direta e sistemática dos sites institucionais e Portais de Transparência dos cinco municípios. Para análise dos dados utilizamos a técnica da análise de conteúdo (Bardin, 2011).

REVISÃO DE LITERATURA

Comunicação Pública

O termo Comunicação Pública é ainda recente em caráter teórico como também prático, sendo usado com significados variados, por vezes até conflitantes, dependendo do país, do autor e do contexto (Brandão, 2009). Assume um caráter social, de detentora de informação do interesse público e principalmente de transparência com a sociedade, sendo responsável por proporcionar ao cidadão todas as informações que se lhe são de direito e que de alguma forma estão ligadas a ele, a fim de fomentar o debate sobre os assuntos que são pertinentes ao Governo e ao Estado.

Conforme Brandão (2009) destaca, a área da Comunicação Pública evoluiu bastante nos últimos anos, abarcando uma grande variedade de saberes e atividades, sendo um conceito acadêmico em processo de construção. No Brasil, o termo começou a se destacar principalmente após o período de redemocratização, quando seu estudo se desvinculou do papel exclusivo de comunicação governamental. O fim da Ditadura Militar e a promulgação da constituição de 1988, implicaram num complexo e diversificado quadro de mudanças sociais, trazendo a demanda de reconfiguração das relações entre Estado e sociedade. Essas mudanças “estabeleceram um sistema de participação e pressão social que forçou a criação de mecanismos para atender às exigências de informação e tratamento justo por parte do cidadão em sua relação com o Estado e as instituições” (Brandão, 2009, p. 123).

Dentre os múltiplos significados do termo Comunicação Pública é possível encontrar um ponto comum de entendimento sob o qual o conceito vem sendo construído, e é o que adotaremos no nosso trabalho, que é o que diz respeito a um “processo comunicativo que se instaura entre o Estado, o governo e a sociedade com o objetivo de informar para a construção da cidadania” (Brandão, 2009, p.9).

Nessa perspectiva, inclui tanto a dimensão governamental, que “trata dos fluxos de informações e padrões de relacionamento envolvendo o Executivo e a sociedade”, quanto a dimensão política, que “diz respeito ao discurso e à ação na conquista de opinião pública em relação a ideais ou atividades que tenham relação com o poder”, de maneira a permitir a “viabilização do direito social individual e coletivo à informação, à expressão, ao diálogo e à participação” (Duarte, 2011, p. 126).

Observamos que ser portador do interesse geral marca profundamente a natureza das mensagens da Comunicação Pública. As informações de utilidade pública são muitas vezes complexas e suas trocas difíceis. Discutir a comunicação pública implica assumir a complexidade da comunicação, colocando a centralidade do processo no cidadão, tanto pelo direito que esse possui à informação e à expressão, quanto ao diálogo e à participação ativa (Duarte, 2007, p.59). O foco da comunicação passa dos interesses da organização para os interesses do conjunto da sociedade e, assim, o planejamento muda, as ações e estratégias de comunicação, em conjugação, precisam ser repensadas.

Diante das exigências da cidadania contemporânea, a Comunicação Pública deve ser entendida como um instrumento facilitador voltado ao atendimento dos anseios coletivos, que coloca a centralidade do processo de comunicação no cidadão “não apenas por meio da garantia do direito à informação e à expressão, mas também do diálogo, do respeito a suas características e necessidades e do estímulo à participação ativa, racional e corresponsável” (Duarte, 2009, p.61). Assume um caráter cada vez mais democrático e pluralista, com uma operacionalização que demanda necessariamente uma opção política pela cidadania e pelo interesse público e “exige também a capacidade profissional de viabilizar padrões adequados que promovam não apenas a divulgação, mas também o acesso à informação e oportunidades de diálogo e participação” (Duarte, 2009, p. 70).

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO, TRANSPARÊNCIA ATIVA E PASSIVA

A questão da corrupção, da transparência e da importância do acesso à informação pública passaram a ser vistas sob uma nova perspectiva por todo mundo, entrando como prioridade nas agendas das maiores agências internacionais, principalmente a partir dos anos 1990. Diversos países passaram a desenvolver ações e instrumentos para aumentar as garantias de confiabilidade e o Brasil não ficaria de fora, começando a participar de eventos internacionais da área e a assinar instrumentos de controle, prevenção e combate à corrupção:

> Em agosto de 2000, foi ratificada a presença do país da Convenção antissuborno, da OCDE. Em julho de 2002, foi a vez da Convenção Interamericana da OEA, contra a corrupção. Em 2004, o Brasil confirmou sua participação na Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional e, em junho de 2005, a inclusão do país, na Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Chrispim, 2007, p. 13).

Mas a Lei de Acesso à Informação (LAI) só seria aprovada em 18 de novembro de 2011, após nove anos de tramitação. Apesar de mundialmente a adoção de leis de acesso à informação pública ter sido um dos processos mais rápidos de disseminação global de uma legislação que se tenha registro até hoje, o Brasil foi o 90º país a aprovar um diploma legal dessa natureza.

A LAI representou um grande salto para o país que, historicamente, apresentava um enorme déficit de ações no campo da informação e um elevado grau de opacidade do Estado, em grande parte por conta da herança patrimonialista, autoritária e da pessoalidade nas relações políticas que sempre imperou nas instituições públicas. Até então, a sociedade dispunha de um arcabouço normativo deficiente e de uma estrutura burocrática que dificultava a obtenção de informações.

Na análise de Malin (2012, p.02), a aprovação da LAI, representou uma adesão do país a um novo regime de informações, "mais precisamente, ao regime jurídico de direito à informação pública que vem se manifestando globalmente por meio de leis nacionais e supranacionais". Fatores externos e internos contribuíram para a inserção do país no novo regime de informações.

Além da indiscutível pressão externa, do ponto de vista interno, os movimentos da sociedade civil foram importantes, principalmente os criados a partir do ano 2000, dentre eles: Transparência Brasil, Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, Contas Abertas, Movimento Brasil Aberto e ARTIGO 19, que mesmo com focos diferentes - combate à corrupção, direitos humanos e liberdade de expressão, apresentavam interesses semelhantes, também foram importantes as iniciativas de órgãos fiscalizadores do Estado, como a Controladoria Geral da União (CGU).

Mesmo tendo oferecido para os estados e municípios um curto tempo de implantação, foi uma lei abrangente que conseguiu avançar em diversas questões. A LAI prevê procedimentos que buscam assegurar o direito fundamental de acesso à informação e traz duas possibilidades de se obter informações junto a um órgão público, ou seja, duas opções de transparência pública: a ativa e a passiva, sendo ambas as modalidades obrigatórias para todos os órgãos e entidades públicas federais, estaduais, municipais e distritais, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, tendo o seu cumprimento facultativo apenas nos casos dos municípios cuja população seja inferior a dez mil habitantes.

Essa divisão não é somente didática, mas também procedimental, pois "enquanto na transparência ativa as informações são disponibilizadas por interesse do gestor público ou por imposição legal de dados obrigatórios", na transparência passiva "o ente público tem de estar preparado para responder a qualquer solicitação da sociedade, desde que tal solicitação não esteja sujeita a sigilo" (Silva; Bruni, 2019, p. 418). No Quadro 1, abaixo, podemos perceber as distinções entre os dois tipos de transparência previstos na LAI:

Características	LAI	
	Transparência Ativa	Transparência Passiva
Abrangência legal	Lei Complementar n. 131 (2009) e Lei n. 12.527 (2011)	Lei n. 12.527 (2011)
Iniciativa da Informação	Gestor público	Qualquer interessado
Forma de acesso	Internet	Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que pode estar disponível pela internet ou de modo presencial
Conteúdo da informação	A critério do gestor público, desde que divulgado o conteúdo mínimo previsto em lei e resguardado o sigilo de informações, quando cabível	Qualquer uma solicitada pelo interessado, resguardado o sigilo de informações, quando cabível.
Tempo de divulgação	Tempo real	Imediatamente, quando disponível, ou no máximo em até 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias

Quadro 1 - Distinções entre transparência ativa e passiva

Fonte: (Silva; Bruni, 2019)

METODOLOGIA

Tendo como objetivo avaliar se os cinco maiores municípios do estado do Maranhão têm atendido às diretrizes de transparência ativa estabelecidas pela LAI, desenvolvemos um estudo de abordagem qualitativa, com delineamento exploratório-descritivo. A pesquisa exploratória tem como objetivo oferecer uma visão geral, uma aproximação, muitas vezes inicial, de um fato, enquanto a descritiva tem como propósito a descrição de suas características (Minayo, 2014; Gil, 2017).

O processo de coleta referente à avaliação da transparência ativa, foi realizado no mês de agosto de 2024, por meio de uma observação direta e sistemática dos sites institucionais e Portais de Transparência dos cinco maiores municípios do estado do Maranhão em número de habitantes, conforme o censo 2022 (Quadro 2). Iniciamos a observação a partir dos sites institucionais das prefeituras, por serem os sites que costumam ser primeiramente acessados pelos cidadãos na busca de informações diversas sobre o município.

	Município	Habitantes	Site
01	São Luís	1.061.374	https://www.saoluis.ma.gov.br/
02	Imperatriz	273.027	https://imperatriz.ma.gov.br/
03	São José de Ribamar	269.657	https://www.saojosederibamar.ma.gov.br/
04	Timon	175.044	http://timon.ma.gov.br/site/
05	Caxias	153.634	https://caxias.ma.gov.br/

Quadro 2 – Os 5 maiores municípios do Maranhão e seus sites institucionais

Fonte: IBGE https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/MA_POP2022.pdf

A elaboração da grelha de observação teve como referência o rol mínimo de informações exigidas e os principais requisitos solicitados pelo art. 8º da LAI, observando se as informações, além de estarem disponíveis, eram compreensíveis pelos cidadãos. Também avaliamos se as prefeituras disponibilizam no site institucional acesso ao Portal de Transparência, ferramenta obrigatória a todos eles, conforme dispõe a LAI, e se as informações não encontradas nos sites institucionais estavam disponíveis nesses Portais.

Rol mínimo de informações a serem divulgadas nos sites (Conforme § 1º do art. 8º da LAI)
I - Registro das competências e estrutura organizacional. Endereços e telefones das respectivas unidades. Horários de atendimento ao público;
II - Registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
III - Registros das despesas;
IV - Informações concernentes a procedimentos licitatórios. Editais e resultados. Todos os contratos celebrados;
V - Dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e
VI - Respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.
Requisitos observados nos sites (Conforme incisos I, II, VI, VII e VII do § 3º do art. 8º da LAI)
I – Existência de **ferramenta de pesquisa** de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
II – Possibilidade de **gravação de relatórios** em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;
VI - **Informações** disponíveis para acesso **atualizadas**
VII – Indicação de local e instruções que **permitam ao interessado comunicar-se**, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade **detentora do sítio**
VIII – Adoção de medidas necessárias para garantir a **acessibilidade de conteúdo** para pessoas com deficiência

Quadro 3 – Rol mínimo de informações exigidas e os principais requisitos solicitados pelo art. 8º da LAI

Fonte: Elaborado pela autora

A análise dos dados deu-se através do método de análise de conteúdo (Bardin, 2011), mediante a verificação do atendimento de maneira integral, parcial ou do não cumprimento de cada um dos itens previamente estabelecidos na grelha de observação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Iniciamos verificando que todos os cinco municípios possuem Portais de Transparência e que é possível acessá-los através da página inicial dos sites institucionais das prefeituras. Passamos, então, para a avaliação da disponibilização do rol mínimo de informações exigidas na Lei de Acesso à Informação (LAI) pelas prefeituras. O primeiro ponto observado foi se havia o registro das competências e estrutura organizacional, os endereços e telefones das respectivas unidades e os horários de atendimento ao público.

Apenas a Prefeitura de Imperatriz e de Caxias cumpriram integralmente todos os pontos solicitados na LAI, apresentando as informações já no próprio site institucional, o que possibilita um acesso mais rápido e prático a elas por parte dos cidadãos. No site institucional da Prefeitura de São Luís encontramos a maior parte das informações exigidas, faltando apenas os horários de atendimento ao público.

No município de Timon, tais informações não estão no site institucional, constam apenas no Portal da Transparência do município, exigindo alguns cliques a mais por parte dos cidadãos para chegar até essas informações básicas. Já no município de São José de Ribamar as informações não estão disponíveis nem no site institucional, nem no Portal de Transparência da prefeitura, apesar de contar com as sessões “estrutura administrativa”, “contatos” e “canais de atendimento”, as mesmas encontravam-se vazias.

Nos sites das prefeituras de São Luís, Imperatriz, São José de Ribamar e Caxias, os registros de repasses ou transferências de recursos financeiros e os registros das despesas não foram encontrados nos sites institucionais, mas conseguimos ter acesso às informações partindo deles, já que estavam disponíveis nos Portais da Transparência. Já no site da prefeitura de Timon, tais informações não aparecem nem no site institucional e nem no Portal da Transparência, apesar de ter uma sessão indicada para tais informações nele.

Foi possível ter acesso às informações concernentes a procedimentos licitatórios, editais e resultados, assim como os contratos celebrados, a partir dos cinco sites institucionais, em todos os casos elas se encontravam nos Portais de Transparência. Sendo que a Prefeitura de Imperatriz foi a única que também disponibilizou as informações sobre as licitações no seu site institucional. Conseguimos, ainda, acessar as informações gerais que permitem realizar o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras das prefeituras.

A sessão de perguntas e respostas mais frequentes da sociedade esteve presente nos Portais da Transparência das cinco prefeituras analisadas. Porém, no site do município de São José de Ribamar, apesar de existir a sessão, ela encontrava-se sem informações.

No que diz respeito aos requisitos que a LAI traz, a serem observados nos sites, notamos que neles todos há ferramenta de pesquisa de conteúdo em pleno funcionamento, assim como a adoção de medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência. Nos sites das prefeituras de São Luís, Imperatriz, São José de Ribamar e Caxias, temos disponível a possibilidade de gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, apenas a prefeitura de Timon não disponibilizava essa opção. Já a indicação de local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do site só foi verificada nos sites das prefeituras de São José de Ribamar, Caxias e Timon.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passados treze anos da publicação da Lei de Acesso à Informação (LAI), observamos que ela representou um importante avanço no debate e nas ações sobre transparência no Brasil, contribuindo para o fortalecimento da cultura da transparência e da prestação de contas, promoção de melhorias nos processos de organização e gestão de dados dentro dos órgãos públicos, assim como estímulo ao governo aberto e a participação da sociedade no controle da gestão pública. A LAI potencializou, ainda, o papel da informação como um bem comum, promovendo práticas que visam a transparência, a cidadania ativa e o diálogo direto com a sociedade, fundamentais para a comunicação pública.

A pesquisa atingiu seu objetivo de avaliar se os cinco maiores municípios do estado do Maranhão têm atendido às diretrizes de transparência ativa estabelecidas pela LAI. A análise realizada nos Portais demonstrou avanços significativos no cumprimento das diretrizes estabelecidas pela LAI, em relação à transparência ativa. Observamos que os requisitos e o rol de informações mínimas, que devem ser disponibilizadas de maneira proativa, têm servido como base para a elaboração e aprimoramento dos sites das prefeituras e que, de maneira geral, a disponibilização das informações tem sido realizada. Contudo, ainda há ajustes que devem ser realizados por parte de alguns municípios, no que tange à disponibilização de informações de maneira completa, evidenciam que ainda há desafios a serem superados para garantir o pleno exercício do direito à informação por parte dos cidadãos.

Porém, neste debate também é importante notar que “dar publicidade não significa necessariamente ser transparente” (Cruz, Silva & Santos, 2010), ou seja, somente a disponibilização das informações não é suficiente para a efetivação da transparência. Para Michener e Bersch (2011) a transparência possui duas dimensões abrangentes e necessárias para sua existência. A primeira é a da visibilidade da informação, que consiste em sua plenitude e na probabilidade de ser encontrada, e a segunda na sua capacidade de inferência, ou seja, ser possível concluir um raciocínio lógico a partir delas, estando interligada com a qualidade dos dados ou informações fornecidas.

A efetividade da própria comunicação pública passa por essa questão, não depende apenas do cumprimento formal da legislação, como observamos que na maioria das prefeituras já vem sendo cumprida, mas também da adoção de práticas que facilitem a compreensão e a utilização dos portais das prefeituras como ferramentas de acesso direto e descomplicado a dados essenciais sobre a administração pública. Dados incompletos, confusos ou ambíguos, põem em questão a habilidade de fazer inferências a partir de tais informações e, consequentemente, geram dúvidas que não possibilitam o entendimento total sobre o que foi divulgado. Estudos futuros podem ter como foco a realização dessa análise nos Portais Institucionais e/ou Portais de Transparência das prefeituras municipais do Maranhão.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luís Paulo Maia de; MARQUES, Rodrigo Moreno. Uma análise da transparência ativa nos sites ministeriais do Poder Executivo Federal brasileiro. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, p. 419–439, 2019. DOI: 10.26512/rici.v12.n2.2019.9236.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRANDÃO, E. P. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, J. (Ed.). **Comunicação Pública:** Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. São Paulo - SP: Atlas, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA. CGU. **Manual de aplicação da Lei de Acesso à Informação**. 3ª Ed. Brasília, 2017.

CHRISPIM, R. Organismos internacionais e nacionais e seus instrumentos de transparência e combate à corrupção. **Anais.** 1° Simpósio Latino-Americano de Transparência nos Negócios. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.latec.com.br/LinkClick.aspx?link=biblioteca%2F1slatn_raquel_chrispim_artigo_organismos_internacionais_e_nacionais.zip&tabid=227>. Acesso em: 30 jun.2024.

CRUZ, C. F., SILVA, L. M., SANTOS, R. (2010). Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro. **Contabilidade Gestão e Governança**, 12(3). Disponível em: https://revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/86

CRUZ, G. J. L.; ZUCCOLOTTO, R. (2020). Transparência ativa no Judiciário: um estudo dos portais eletrônicos dos Tribunais de Justiça. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, 25(82). https://doi.org/10.12660/cgpc.v25n82.80149

DUARTE, J. (Org.). **Comunicação Pública:** Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. São Paulo: Atlas, 2009.

KHAN, A. W. Prefácio. In: MENDEL, Toby. **Liberdade de informação**: um estudo de direito comparado. Brasília: UNESCO, 2009.

KUNSCH, M. M. K. As dimensões humana, instrumental e estratégica da comunicação organizacional: recorte de um estudo aplicado no segmento corporativo. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 35, n. 2, p. 267–289, 2012.

MALIN, A. M. B. Brasil é 90º país a ter lei de acesso à informação. Rio de Janeiro: 2012. **Observatório da Imprensa**. Entrevista concedida a Mauro Malin. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse publico/_ed694_brasil_e_90_pais_a_ter_lei_de_acesso_a_informacao/>. Acesso em: 13 maio. 2024.

MEIJER, A. J.; CURTIN, D.; HILLEBRANDT, M. Open government: connecting vision and voice**. International Review of Administrative Sciences**. v. 78, n. 1, p. 10–29, 22 mar. 2012.

MICHENER, G.; BERSCH, K. Conceptualizing the quality of transparency. **Political Concepts**, v. 49, p. 1–27, 2011.

MICHENER, G.; CONTRERAS, E.; NISKIER, I. Da opacidade à transparência? Avaliando a Lei de Acesso à Informação no Brasil cinco anos depois. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 4, p. 610-629, 2018. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/75716. Acesso em: 26 ago. 2024.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC; 2014.

NOVELLI, A.L. O papel institucional da comunicação pública para o sucesso da governança. **Organicom:** Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas, São Paulo, ano 3, n. 4. p. 75-89, 2006. Disponível em: <http://revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/56/190>. Acesso em: 08 jun. 2024.

SILVA, W. A. de O. e; BRUNI, A. L. Variáveis socioeconômicas determinantes para a transparência pública passiva nos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 415–431, 2019. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/78506. Acesso em: 2 set. 2024.

ZUCCOLOTTO, Robson; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho; RICCIO, Edson Luiz. Transparência: reposicionando o debate. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12, n. 25, p. 137–158, 2015. DOI: 10.5007/2175-8069.2015v12n25p137.

CAPÍTULO 3

A RADIOEDUCAÇÃO NO ENSINO INCLUSIVO E ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA: IMPACTOS DE 100 ANOS

Data de submissão: 17/12/2024 *Data de aceite: 21/01/2025*

Amanda Vale de Deus Pinna
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Laboratório de Tecnologias Educacionais Disruptivas, Rio de Janeiro - RJ
http://lattes.cnpq.br/6737527035553954

Crystal Candido Breves
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, Departamento de Ciências da Natureza, Rio de Janeiro - RJ
http://lattes.cnpq.br/8571086593628264

Waldiney Cavalcante de Mello
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, Departamento de Ciências da Natureza, Rio de Janeiro - RJ
http://lattes.cnpq.br/0340314629582881

RESUMO: O rádio, amplamente difundido no Brasil, desde seu surgimento possuía uma função educativa, com programas voltados para a alfabetização. O presente estudo buscou explorar o potencial do rádio na educação e identificar lacunas na utilização de conteúdos radiofônicos para a divulgação científica ao público analfabeto. Foi visto que o rádio é eficaz em atingir diversas realidades e pode ser uma ferramenta valiosa para promover ciência em ambientes não formais, especialmente em grupos de idosos e analfabetos. Isso sugere que a radioeducação pode ser uma estratégia promissora para a alfabetização científica no contexto brasileiro. No entanto, há um espaço subutilizado na aplicação do rádio para a educação e divulgação científica atualmente.

PALAVRAS-CHAVE: radioeducação; divulgação científica; educação inclusiva; analfabetismo.

RADIOEDUCATION IN INCLUSIVE EDUCATION AND SCIENTIFIC LITERACY: IMPACTS OF 100 YEARS

ABSTRACT: The radio, widely disseminated in Brazil, has held an educational role since its inception, featuring programs aimed at literacy. This study sought to explore the potential of radio in education and identify gaps in the use of radio content for scientific communication among illiterate audiences. The findings reveal that radio is effective in reaching diverse contexts and can serve as a valuable tool to promote science in informal settings, particularly among elderly and illiterate groups. This suggests that radio education may represent a promising strategy for fostering scientific literacy within the Brazilian context. However, there remains an underutilized potential in the application of radio for education and scientific communication today.

KEYWORDS: radioeducation; science communication; inclusive education; illiteracy.

INTRODUÇÃO

Em 1923, originou-se a primeira emissora de rádio brasileira, chamada de Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que, desde seu princípio, já apresentava conteúdos de cunho educativo. Nessa época, com uma taxa de analfabetismo de 65% na população brasileira, Roquette-Pinto, fundador e responsável pela programação da rádio, dizia que esse meio era a "escola dos que não tinham escola" e oferecia aos ouvintes o melhor da educação e da cultura brasileira (DUARTE, 2023). Com o advento da televisão nos anos 50, houve uma queda da hegemonia desse meio de comunicação. Porém, mesmo assim, o rádio ainda exerce uma influência expressiva no cotidiano da população. Em média, 80% da população de grandes regiões metropolitanas do Brasil se utiliza desse meio por quase 4 horas diariamente (KANTAR, 2023). Essa realidade pode ser explicada por alguns fatores, por exemplo, a exclusão digital, que ainda é uma realidade para diversas famílias no país. Em 2022, 6,4 milhões de residências do Brasil não eram familiarizadas com o uso da internet, seja porque nenhum morador da casa sabia usar a internet, falta de acesso ou alto preço do serviço (IBGE, 2023). Nesse contexto, onde a fragilidade no acesso da internet pode impedir o alcance de informações (ARAS, 2004), essas pessoas podem tentar suprir essa lacuna com o que pode ser adquirido pelo rádio.

De acordo com a pesquisa da Kantar (2023), os cinco temas mais populares no rádio incluem música, notícias locais e nacionais, trânsito e futebol. No entanto, um tema menos explorado nesse meio é a ciência, ao contrário do que ocorre nos podcasts. Dados de 2019 da Associação Brasileira de Podcasters mostram que a ciência é o 3° tema mais ouvido nesses programas. Isso pode ser explicado pela facilidade que o ouvinte tem de encontrar conteúdos de seu interesse nos podcasts. Já no rádio tradicional, a programação é fixa e menos adaptável às demandas do público. Ainda assim, dado o alcance do rádio no Brasil, esse meio possui grande potencial para a disseminação de ciência, desde que receba incentivos e pequenos ajustes nas programações.

A divulgação científica é um conceito que pode ser definido como um conjunto de práticas que têm como objetivo tornar o conhecimento científico acessível para a população como um todo. Essas práticas são de extrema importância quando se entende que o conhecimento produzido pela comunidade científica muitas vezes tende a permanecer dentro de ambientes acadêmicos e elitizados. Com isso, a população como um todo não consegue se apropriar dessas ideias, entender como os avanços científicos acontecem e sua ligação com o cotidiano, podendo levar a fenômenos como o negacionismo científico. Portanto, é urgente a necessidade de combater esse tipo de desinformação, para que momentos assim não se repitam.

Um dos objetivos da divulgação científica pode ser realizar a alfabetização científica dos receptores. De acordo com Chassot (2003), ser alfabetizado cientificamente é "saber ler a linguagem em que está escrita a natureza", indicando que a ciência, na verdade, é a codificação que utilizamos para explicar o mundo natural e um processo que ocorre ao longo de toda a vida. Ou seja, um ponto focal nessa discussão é evitar que haja um ruído entre

a comunicação do remetente com o destinatário, pois essa distância entre os dois atores nesse cenário pode ser causada por uma falta de entendimento dos jargões e termos em textos e artigos científicos (ARAÚJO, 2010) Afinal, é tirando a informação do âmbito teórico e trazendo para a realidade que esse conhecimento pode ser instrumentalizado para melhorar a qualidade de vida dos informados, ou para criarmos um entendimento sobre as utilidades positivas e riscos nessa contínua busca por desenvolvimento (CHASSOT, 2003).

Dessa forma, considerando que é necessário nos apropriarmos de um meio que ajude na veiculação de produções de divulgação científica de forma adaptada e significativa para o ouvinte, a radioeducação surge como uma possibilidade promissora para solucionar esse dilema (MELLO, 2019; MELLO, 2023). O rádio é um meio de massas, atingindo pessoas de diferentes realidades com eficiência e, por isso, pode ser uma forma oportuna de divulgar ciência em espaços não-formais de ensino e com grande alcance. Na intenção de adaptar a mensagem para o melhor entendimento da população, o rádio, após sua popularização e barateamento, se tornou um produto especializado em criar conteúdos e propagandas para o povo, como no caso das famosas radionovelas. Logo, sua estrutura de montagem de programa já está coordenada com essa linguagem informal, de fácil acesso e consumo, afinal esse foi o primeiro meio de comunicação que foi eficaz em conquistar as massas (COSTA, 2006). Com essas informações em mente, o rádio pode ser classificado como uma ferramenta extensionista. Conceito esse que indica o fomento das trocas entre os cientistas, as instituições acadêmicas e suas descobertas com o público externo, nos permitindo levar para fora das universidades e institutos de ensino todo o conhecimento que o mundo acadêmico produz para garantir um maior desenvolvimento da sociedade de forma holística.

A inclusão está relacionada com a integração de diferenças, ou seja, entender a heterogeneidade humana e integrá-la de forma que todos interajam com respeito mútuo acima de tudo. Nesse sentido, a educação inclusiva é um conjunto de atividades que buscam trabalhar essa integração de forma eficiente e funcional com uso de tecnologias, metodologias de ensino e formação continuada dos docentes para substituir paradigmas (SILVA, 2023), desmistificando preconceitos e estimulando a diversidade e o convívio com ela.

Ferraro (2009) sugere que o analfabetismo, em sua definição mais clássica, se refere a pessoas que não possuem o domínio da leitura e da escrita. Esse, porém, é o analfabetismo absoluto. Entretanto, existem outros tipos de analfabetismo como, por exemplo, o funcional, em que o indivíduo consegue ler o que está escrito, mas não compreende o que está lendo, sem entender os significados das palavras. Por muito tempo, essa condição impediu pessoas de exercerem a sua cidadania, sendo proibido até mesmo o voto dessa parcela da população, pois considerava-se que quem era analfabeto era inferior, incapaz ou preguiçoso (FERRARO, 2009). Essa concepção não poderia estar mais distante da realidade, porque, na verdade, a presença de analfabetos no território brasileiro representa um sintoma da profunda desigualdade que assola o país desde os seus primórdios.

Em 2022, apesar de ser possível notar uma queda na taxa de analfabetismo, os números que ainda existem permanecem preocupantes. Isso se dá especialmente porque os analfabetos brasileiros são majoritariamente idosos de 60 anos ou mais, nordestinos e a população preta e parda da nação (GOMES; FERREIRA, 2022). Considerando essa realidade ainda presente em solo brasileiro, é relevante pensar em tecnologias que possam ajudar a erradicar o analfabetismo e diminuir a limitação que essas pessoas possuem na hora de engajar com materiais científicos e acadêmicos. Dessa forma, o rádio pode ter o seu protagonismo, porque segundo Barbero (1997), “ler, para o habitante da cultura oral, é escutar”.

Analisando o alcance que o rádio possui no território, pode-se inferir que esse é um meio de fácil obtenção, que pode justamente propiciar a divulgação científica para essas pessoas, considerando que o analfabetismo é um problema maior em localidades socialmente vulneráveis (BRASIL, 2018). Além disso, por ser um recurso principalmente auditivo, a barreira da palavra escrita e sua leitura é ultrapassada.

Dessa forma, pode-se construir conhecimentos com essas pessoas, ultrapassando as limitações que se apresentariam em espaços formais de ensino, e permitindo que elas se apropriem desse aprendizado para suas vidas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Essa é uma pesquisa de caráter qualitativo, onde seu desenvolvimento é baseado em artigos sobre o uso de programas de rádio para a divulgação científica. O foco foi buscar referências que abordassem, principalmente, a utilização desse meio de comunicação tão difundido, como é o rádio, na alfabetização científica da população analfabeta. Foi um total de 38 materiais consultados, dentre eles 3 livros, 15 artigos, 9 monografias e 11 páginas de site e/ou dados de pesquisas, todos publicados entre os anos de 1958 e 2024.

Os artigos, livros e monografias foram encontrados, principalmente, em pesquisas na plataforma de busca Google Acadêmico, utilizando-se das palavras-chave: rádio, radioeducação, educação inclusiva, analfabetismo, divulgação científica e alfabetização científica. Já os dados foram retirados de fontes diversas, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD contínua) e artigos no site do governo federal (BRASIL, 2018; BRASIL, 2022; BRASIL, 2023), a PodPesquisa (ABPOD, 2019; ABPOD 2021) e da pesquisa Inside Audio (KANTAR, 2023). O material foi dividido de acordo com a classificação acima, a fim de identificar mais facilmente os assuntos abordados. A ideia foi buscar quais são as referências e linhas de pesquisa nessa área da educação, a fim de dimensionar o quão explorado é o campo e quais são as lacunas que existem na perspectiva da utilização do conteúdo radiofônico para divulgar ciências para o público analfabeto. O presente trabalho foi realizado no Laboratório de Tecnologias Educacionais Disruptivas Inclusivas (LATED), do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A bibliografia revisada apresentou 25 referências que abordam diretamente sobre o rádio, sendo que 26 delas trazem ideias sobre educação, 16 falam do analfabetismo e/ou da alfabetização, e, por fim, 11 citam a divulgação científica. Dentre as referências bibliográficas lidas, o Movimento de Educação de Base (MEB) foi mencionado em, pelo menos, 7 delas. O MEB nasceu em 1961 operado através do segmento cristão, com o intuito de lutar contra o analfabetismo. No momento, acreditava-se que os programas de rádio com propostas educacionais desenvolvidos pelo movimento podiam ajudar a erradicar esse problema de raízes profundas e cobertura nacional (GOMES, 2019). Entretanto, além disso, era perceptível uma preocupação em conscientizar o homem rural de sua condição social, procurando evidenciar que a maior luta enfrentada não é puramente contra o analfabetismo (SILVA, 2023). Outro caso de repetidas menções é o Sistema de Rádio Educativo Nacional (SIRENA), observado em 4 artigos, no total. Criado em 1957, conseguiu bastante relevância para o desenvolvimento da radioeducação no Brasil, especialmente considerando o ensino de jovens e adultos (EJA).

Pensando no que tange o uso do rádio na educação de jovens e adultos, muitos dos artigos lidos citam esse segmento escolar como sendo o público-alvo no uso de metodologias que utilizam desse meio de comunicação, dando destaque para Costa e Reis (2023), Gomes (2019) e Rodrigues (2021). Afinal, parece entender-se que o uso do rádio pode ajudar especialmente pessoas mais velhas, visto que possuem maior familiaridade com esse recurso e um contato menos natural com outros tipos de tecnologia. Essa escolha é interessante, pois analisando a perspectiva do analfabetismo absoluto, das 9,6 milhões de pessoas com 15 anos ou mais que não sabiam ler e escrever, 54,1% (5,2 milhões) tinham 60 anos ou mais (BRASIL, 2023). Logo, a ideia de se utilizar do rádio visando ouvintes mais velhos pode ser interessante para obtermos uma maior acessibilidade dessas pessoas a fontes divulgação científica. Porém, nessa perspectiva, há um entendimento de que para montar uma estrutura de ensino capaz de dialogar com as dificuldades dessas pessoas é importante uma capacitação de professores e alunos que estejam envolvidos nesse projeto para conseguir aplicá-lo com eficiência. Um exemplo sobre como atuar nessa etapa de capacitação pode ser com a criação de manuais para guiar o bom funcionamento desse recurso, além da inclusão de disciplinas voltadas à extensão na graduação.

A união entre a radiofonia clássica e a internet seria viável e conveniente, pois o rádio viabiliza a transmissão de ideias de forma acessível e a internet permite a formação de um ambiente comunicacional, possibilitando essa dialogia (SILVA, 2022). Com isso, há uma intenção em usar programas curtos de *podcast* para difundir ciência em plataformas como o Spotify, por exemplo, buscando trazer um maior pensamento crítico e cidadania (LIMA et. al, 2023). Apesar de ser uma forma de aplicação válida, é importante pensar que a exclusão digital poderia diminuir, de certa forma, o alcance dos programas, limitando o consumo e a potencialização dos efeitos na educação.

O rádio funciona como um ambiente não-formal de ensino com grande disponibilidade de recursos para a educação, o que possibilita que pessoas de diversos locais tenham acesso ao seu conteúdo. Ele permite a integração de ambientes e indivíduos, facilitando a comunicação entre as partes e aumentando a gama de atividades e possibilidades que a tecnologia proporciona (SOARES et. al, 2015). Além disso, a depender do tipo de programa veiculado, é possível a aplicação de metodologias ativas a partir dessa ferramenta. Pensando na perspectiva da educação inclusiva, os *podcasts* são mencionados para além do analfabetismo, mas também visando a acessibilidade de pessoas com deficiência visual, possibilitando um espaço para mais discussões acerca de seu uso.

Por fim, muitas das propostas mencionadas nos trabalhos que relacionam analfabetismo, divulgação científica e rádio, são apenas replicações daquelas da era de ouro do rádio, com menções ao MEB, à Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e ao SIRENA. Ou seja, temos poucos exemplos do presente, onde trabalha-se majoritariamente com espelhos do passado, mesmo que a influência do rádio ainda seja bastante atual. Observando os casos contemporâneos, nota-se que, historicamente, a redução do analfabetismo abriu espaço para a divulgação científica, quase como se um fosse uma progressão natural do outro (BATISTA, 2023). Porém, é possível imaginar que essa relação não necessariamente precise ser sequencial, mas concomitante.

Nesse sentido, percebe-se que o rádio pode atuar em uma dupla jornada: como alfabetizador absoluto e científico. Afinal, é um recurso válido e já utilizado historicamente para tentar erradicar o analfabetismo brasileiro, por sua popularidade e fácil acesso, além de estar mais estabelecido na população pela sua longa jornada no cotidiano geral, passando confiabilidade. E, na perspectiva da alfabetização científica, sua linguagem adaptada para o fácil entendimento pela população pode fazer com que a absorção de conceitos e ressignificação dos conteúdos produzidos pela academia seja um processo mais natural e envolto de sentido. Isso permitiria a apropriação dessas informações para a produção de um conhecimento utilizável e com capacidade de emancipar os que normalmente não teriam esse acesso.

Na América Latina, já se sabe, desde 1930, que o rádio apresenta um grande potencial para diminuir as taxas analfabetismo e aumentar o nível educacional do povo com programas voltados para a educação (MARQUES, 2023). E, justamente com a imagem do rádio, inspirada por Roquette-Pinto como a escola dos que não têm escola desde que o realizem com espírito altruísta e elevado, pode-se entender esse meio como uma ferramenta útil, acessível e atual. Lidando, dessa forma, com a questão do analfabetismo, seja para diminuir suas taxas, ou então permitir que essas pessoas sejam incluídas no acesso e compreensão ao que é divulgado pela e para a comunidade científica. Dessa forma, o rádio pode se tornar uma forma de luta a favor de melhores condições de vida para a população do Brasil, aumentando seu nível, não somente de escolaridade, mas também de conhecimento prático.

CONCLUSÕES

O presente estudo sugere que o rádio possui um potencial significativo para reduzir as taxas de analfabetismo no Brasil, tanto por meio de programas de alcance nacional quanto por iniciativas específicas de instituições como escolas e universidades. Analisando dados demográficos, observamos que o grupo que mais consome rádio, os idosos, é também o que apresenta as maiores taxas de analfabetismo. Assim, o uso do rádio em programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) aparece como uma proposta viável, tanto em sala de aula quanto em contextos informais. Essa abordagem poderia levar à criação de programas ou emissoras de rádio voltadas para essa parcela da população. No entanto, são necessários mais estudos para compreender melhor as necessidades desse grupo e aproveitar as potencialidades do rádio na educação.

Além disso, o rádio pode ser uma ferramenta eficaz para o letramento científico no contexto da educação inclusiva, ao transmitir conhecimentos de especialistas de maneira acessível e adaptada a diferentes públicos. A alfabetização científica poderia ser uma consequência natural do uso pedagógico do rádio. O presente estudo destaca o uso subutilizado da radioeducação na promoção da ciência e da educação, apontando para uma oportunidade de expandir a aplicabilidade do rádio em contextos acadêmicos, pedagógicos e extensionistas, promovendo um acesso mais democrático ao conhecimento.

REFERÊNCIAS

ARAS, V. Exclusão Digital: o que é isto. 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PODCASTERS (ABPOD). **Podpesquisa: 2019**. Disponível em: <https://abpod.org/podpesquisa>. 2019. Acesso em: 16 de dezembro de 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PODCASTERS (ABPOD). **Podpesquisa Produtor: 2020-2021**. Disponível em: <https://abpod.org/podpesquisa>. 2021. Acesso em: 16 de dezembro de 2023.

BATISTA, A. C. O. **Divulgação científica e mídias sociais: estudos de perfis na área da Biblioteconomia e Ciência da Informaçã**o. 2023.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Centenário do rádio: Primeira transmissão oficial, em 1922, marcou o início do rádio no Brasil**. 7 set. 2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/y1Yby> Acesso em: 22 de maio de 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD contínua) 2018**. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 22 de maio de 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD contínua) 2023**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 22 de maio de 2024.

CHASSOT, A. **Alfabetização científica: uma possibilidade para a inclusão socia**l. Revista brasileira de educação, 22: 89-100, 2003.

COSTA, M. V. P. **Rádio: um meio de comunicação eficiente**. Monografia (Graduação em Comunicação Social) - Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Centro Universitário de Brasília. Brasília, p. 36. 2006.

DUARTE, A. **Rádio Sociedade do Rio de Janeiro**. 2023. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/radio-sociedade-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 22 de maio de 2024.

FERRARO, A. R. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

GOMES, C. R. **Leitura e escrita na educação de jovens e adultos sob a perspectiva dos letramentos**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) - Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2019.

GOMES, I.; FERREIRA, I. PNAD Contínua: **Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste**. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>. Acesso em: 22 de maio de 2024.

KANTAR IBOPE MEDIA. **Estudo Inside Radio 2023**. Disponível em <https://kantaribopemedia.com/conteudo/estudo/inside-audio-2023/>. Acesso em 22 de maio de 2024.

MARQUES, A. V. O. **A Rádio Universitária FM como um modelo possível de radiodifusão pública: um estudo de caso**. Monografia (Graduação em Comunicação/Jornalismo) - Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, p. 105. 2023.

MELLO, W. **Ensino de Biologia Animal pelo edutretenimento: a produção do programa “Rádio Animal” e sua utilização na divulgação científica**. In: Nayara Araújo Cardoso; Renan Rhonalty Rocha; Maria Vitória Laurindo (Org.). As ciências biológicas e da saúde na contemporaneidade 4, 1ed.Ponta Grossa, v. 4, p. 144-154. 2019.

MELLO, W. **Rádio Animal: a ciência da curiosidade nos 100 anos de radioeducação no Brasil.** In: Ana Cláudia Theme da Silveira Soare; Eneida Leão Teixeira (Org.). Uerj com RJ 2023. Ciência, tecnologia e inovação, 1ed. Rio de Janeiro: Diretoria de Comunicação Social da UERJ, V.1, p. 199-210, 2023.

SILVA, J. A. **O MEB como proposta de ensino popular: uma experiência socioeclesial e inclusiva**. Anais do Seminário de Educação, Diversidade e Direitos Humanos, v. 2, n. 1, p. 01-05, 2023.

SILVA, M. **Formação de professores para docência na sala de aula híbrida**. Revista de Educação Pública, v. 31, 2022.

CAPÍTULO 4

O JORNAL COMO FERRAMENTA DE EMANCIPAÇÃO: CONSTRUINDO CIDADANIA E CONSCIÊNCIA CRÍTICA NA EDUCAÇÃO

Data de submissão: 02/01/2025 *Data de aceite: 21/01/2025*

Aline Louize Deliberali Rosso
Doutora (2017) e Mestre (2011) em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Jornalista (2008) formada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e pesquisadora pela mesma instituição. Desenvolve pesquisas na área de Identidade Profissional, Jornalismo e política, Assessoria de Comunicação e Assessoria de Imprensa

Clara Ribeiro
Graduada em Jornalismo pela UEPG

Thalita Mainardes Rocha
Graduada em Jornalismo pela UEPG e pós-graduada em Assessoria, Gestão da Comunicação e Marketing pela Universidade Positivo

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente capítulo tem o objetivo de abordar, de forma teórica, a importância da utilização de produtos jornalísticos na sala de aula. Com a pretensão de ser uma reflexão para os dois campos do conhecimento, são abordados aqui alguns conceitos que servem para problematizar o contexto atual que a sociedade vivência.

A educação, enquanto prática formadora de sujeitos críticos e conscientes, desempenha um papel fundamental no processo de emancipação humana, política e social. No contexto atual, em que a sociedade está cada vez mais imersa no fluxo de informações mediadas por múltiplos canais, torna-se essencial refletir sobre as ferramentas que podem ser utilizadas para fomentar a alfabetização crítica e a cidadania. Nesse cenário, o jornal se configura como um recurso pedagógico potente, capaz de articular conteúdos acadêmicos com a realidade cotidiana e, simultaneamente, promover a reflexão sobre temas sociais, culturais e políticos.

Este texto propõe analisar a importância do jornal como instrumento de formação crítica e cidadã no ambiente escolar, com foco no seu potencial para ajudar os alunos a desenvolver uma leitura crítica da mídia e da realidade. A partir de autores como Kellner e Share (2008), Adorno (1995) e Tonet (2014), serão discutidos os aspectos fundamentais da emancipação humana e o papel da educação na formação de indivíduos capazes de questionar as narrativas dominantes e transformar a sociedade. O objetivo é, assim, demonstrar como o jornal pode ser uma ferramenta eficaz na construção de uma educação que vá além do simples repasse de informações, sendo um catalisador para o desenvolvimento de uma consciência crítica, política e social nos alunos.

Compreende-se que os meios de comunicação possuem um lugar de destaque e a informação faz parte do cotidiano da maioria das pessoas (ALSINA, 2009). Contudo, por mais que esteja mais fácil o acesso às informações, a população também está exposta a um número grande de desinformação. Como auxiliar no processo de identificação do que uma notícia com credibilidade de um material suspeito? Talvez a relação entre jornalismo e educação possa ser um ponto de partida.

HISTÓRICO DO USO DO JORNAL NA SALA DE AULA

Os meios de comunicação são parte da constituição da sociedade atual e seriam peças importantes na construção de um senso crítico dos cidadãos, já que é por meio da imprensa que ele teriam contato com denúncias sociais relevantes (Silva, 2012).

> O caráter pedagógico da mídia que ensina os diferentes papéis sociais legitima alguns conhecimentos em detrimento de outros, impõe um arbitrário cultural e até fortalece formas sensório-motoras e intelectuais de apreensão de conhecimentos que vão interferir na aprendizagem de conhecimentos que vão interferir na aprendizagem normal, vivenciada na escola. (Subtil, 2006, p. 52).

Ana Maria Concentino Ramos (2006), em "Virando a página – o jornal na sala de aula", faz uma linha do tempo sobre as primeiras utilizações do jornal na sala de aula. Para ela, apesar da historiografia não oferecer informações precisas e não se poder garantir o exercício efetivo da prática, a cronologia sobre o uso do meio de comunicação para inserir crianças aos acontecimentos da sociedade começa em 1795, quando um artigo publicado pelo *Eastern Herald*, no Estado do Maine, Estados Unidos, se dirigia aos pais requisitando atenção aos jornais:

> Você deseja que seu filho melhore a leitura, dê a ele um jornal; ele fornece uma variedade de coisas... Se você quer instruí-lo sobre geografia, nada vai falar da situação de diferentes lugares como as histórias dos acontecimentos publicados nos jornais; se você quer seu filho informado sobre os problemas do país ou da cidade, como fazer negócios, públicos ou privados, dê a ele um jornal; os jornais são abundantes e baratos; é o mais barato livro que se pode comprar e quanto mais você compra, melhor para suas crianças, pois cada parte de um jornal fornece informações valiosas (SULLIVAN, 1992 apud Ramos, 2006, p.48).

A linha do tempo segue (Ramos, 2006) mencionando a publicação do *New England Journal Education*, de 1875, que sugeria que os alunos levassem à escola notícias de jornal e revista para fazerem uma leitura, defendendo que essa atividade estimularia a observação da realidade. No século XX, segundo a autora, o uso pedagógico do jornal se torna mais defendido.

Devido à falta de registros anteriores, as práticas de leitura do jornal na escola começaram em 1932, de acordo com Ramos (2006). Na época, a população vivia a "Grande Depressão", então, professores buscaram o jornal *New York Times* para solicitar exemplares para fazer a leitura com os alunos na sala de aula. Esse exemplo é seguido até hoje por jornais de todo o mundo.

Segundo registros, em 1939 foi publicado o primeiro livro com sugestões sobre o uso do jornal como instrumento na sala de aula, por iniciativa do jornal *Milwaukee Journal (*Ramos, 2006). A publicação trazia atividades realizadas pelos estudantes em diversas áreas, como saúde, artes e ciências. Buscando compreender como funcionavam essas atividades e, principalmente, como tinham influência na vida dos estudantes, em 1950 o *New York Times* patrocinou uma pesquisa nos Estados Unidos que atestou que o jornal fazia parte da rotina escolar (Ramos, 2006). No ano 2000, o projeto *Newspaper in Education*, com cenário na cidade de Nova Iorque, se faz presente em quarenta países por todo o mundo, atendendo a crianças de várias classes e raças (Ramos, 2006).

No Brasil, iniciativas como essa surgiram em 1980 e eram organizadas por empresas jornalísticas (Ramos, 2006). Ana Maria Concentino Ramos (2006), pontua que a demora para alcançar as escolas se deve à necessidade de aguardar o desenvolvimento da imprensa no país, além do interesse do sistema educacional na adoção de novas metodologias.

Em 1994, o *Diário de Natal* decide, seguindo a tendência de outras empresas jornalísticas internacionais, criar um programa de incentivo à leitura de jornais, chamado "Projeto Ler", que complementava outros projetos já executados pela empresa (Ramos, 2006). O objetivo era incentivar o hábito da leitura, de forma crítica, com o acesso aos jornais e visitas à redação. A partir desse momento, então, começaram a surgir, país afora, projetos que buscam levar o jornal à sala de aula como forma de incentivo à leitura.

Com toda cronologia que seguiu com grandes nomes de veículos aderindo ao apoio do uso pedagógico do jornal, podemos concluir que tornar os estudantes parte do público, analisando de forma crítica e abrindo debate, é relevante para a discussão da realidade. Como as pesquisas já previam 300 anos atrás, o jornal faz parte da rotina da sociedade, não perdendo esse papel com o advento das novas tecnologias. A escola, como ambiente social e de aprendizagem, faz parte desse vínculo do público com o veículo.

A mídia é responsável por gerar a realidade social, portanto o processo de construção da realidade social depende completamente da prática produtiva do jornalismo (ALSINA, 2009). A relação entre jornalismo e educação parte do conceito do jornalismo como forma de conhecimento. Nessa perspectiva o jornalismo é ferramenta chave para a compreensão do contexto do mundo social.

> É nessa perspectiva que o jornalismo se impõe, de maneira angular, como possibilidade dos indivíduos em participar do mundo ***mediato*** pela via de sua feição dinâmica e singular, como algo sempre incompleto, atribuindo significações e totalizando de maneira permanente como se estivessem vivendo na imediaticidade de sua aldeia. (GENRO FILHO, 1987)

Sendo assim, a introdução do Jornalismo à sala de aula colabora para a construção do conhecimento escolar e na compreensão do mundo, acrescentando muito à formação do estudante. Como afirma o autor, o jornalismo dá possibilidades de participação. Isso inclui também proporcionar vivência e outros pontos de vista para ser parte da bagagem que formará um todo do que é e pensa um cidadão.

O JORNAL NA SALA DE AULA NA PRÁTICA

Atualmente, a informação e os meios de comunicação fazem parte dos nossos hábitos e do nosso cotidiano. A vivência do mundo mediado, defendida por Kellner e Share (2008) interfere na construção de valores e opiniões. Tudo o que faz parte do cotidiano interfere nos nossos processos pessoais: formação de caráter, ideais, princípios, gostos, entre outros fatores que fazem parte da construção do indivíduo.

Para Vani Kenski (2005), a grande missão das escolas é ser um espaço crítico, onde os alunos refletem sobre aquilo que têm acesso nos veículos de comunicação. Nesse processo está inclusa a ideia de reconhecer a influência da mídia na formação de cidadãos. Essa influência acontece por toda a vida escolar, de forma indireta ou por meio do uso de materiais jornalísticos como instrumento didático.

Cortelazzo (2002) defende que é urgente que haja um preparo dos indivíduos para usar as tecnologias no que chama de “bombardeio de informações”, não apenas para uso, mas para o preparo de leitores críticos e escritores conscientes. Como contextualiza a autora sobre a formação necessária para esse preparo dos alunos:

> É necessário que que ele aprenda a ler outros meios como o rádio, a TV, o videogame, o programa de multimídia, as páginas da WWW. Ao usar as tecnologias, é fundamental que ele não se deixe usar. É essencial que os professores se apropriem, portanto, das diferentes tecnologias de informação e de comunicação, aprendendo a ler e a escrever as diferentes linguagens, representações usadas nas diversas tecnologias (Cortelazzo, 2002, s.p.).

Subtil (2006) contribui de forma significativa relacionando a educação com a comunicação. Para a autora, a ênfase das ações midiáticas em todo o círculo da educação seria composta por “ações que abrangem desde a educação para uma “recepção ativa” em todas as instâncias – família, escola e grupos sociais – até a formação de políticas nacionais de comunicação, que incluam estímulos à produção de qualidade e à formação de sujeitos” (SUBTIL, 2006, p. 53).

Para Gutièrrez (1976), até mesmo os conceitos de alfabetização e de letramento abarcam as várias mídias. Essa influência é notada na formação intelectual e de valores. Portanto, uma política bem informada de alfabetização-letramento deve considerar as potencialidades de todas as mídias existentes em sociedade (GUTIÈRREZ, 1976).

Com o poder da participação na vida dos cidadãos, desde a formação das bases a que eles se referem, os meios de comunicação podem ser um elo que aproxima professor e aluno, justamente por já fazer parte do que todos já estão acostumados, com a vantagem da facilidade de acesso e compreensão. Sendo assim, os veículos agem diminuindo distâncias entre patamares na escola.

> Um caminho mais imediato de comunicação é focar mais a relação afetiva, gostar dos alunos como eles são, chamá-los para participar, aproveitar todo o potencial para motivá-los, valorizá-los, incentivá-los, surpreendê-los. Pela interação afetiva creio que conseguiremos encontrar um atalho de aproximação que superará o abismo que separa nosso universo perceptivo, racional e lingüístico. Diante dessas linguagens tão sofisticadas, a escola pode partir delas, conhecê-las, ter materiais audiovisuais mais próximos da sensibilidade dos alunos. (...) A televisão e a Internet não são somente tecnologias de apoio às aulas, são mídias, meios de comunicação. Podemos analisá-las, dominar suas linguagens e produzir, divulgar o que fazemos. Podemos incentivar que os alunos filmem, apresentem suas pesquisas em vídeo, em CD ou em páginas WEB – páginas na Internet. E depois analisar as produções dos alunos e a partir delas ampliar a reflexão teórica. A escola precisa observar o que está acontecendo nos meios de comunicação e mostrar isso na sala de aula, discutindo tudo com os alunos, ajudando-os a que percebam os aspectos positivos e negativos das abordagens sobre cada assunto. Fazer (re)-leituras de alguns programas em cada área do conhecimento, partindo da visão que os alunos têm e ajudá-los a avançar de forma suave, sem imposições nem maniqueísmos (bem x mal) (Kenski, 2005).

Mais do que aproximar professores e alunos transmitindo conhecimento e informações, os meios de comunicação podem ajudar a ensinar lições, valores, conceitos, ideias etc. Para Anhussi (2009), as mídias podem fazer parte do ensino pedagógico no desenvolvimento de várias habilidades.

> As informações jornalísticas em sala de aula podem contemplar o desenvolvimento acadêmico pela informação e tem como foco originar uma leitura crítica, assim como, esclarecer ao educando a realidade dos problemas sociais e, ao mesmo tempo, propiciar o desenvolvimento do raciocínio, o aumento da capacidade de questionamentos e abrangência do conteúdo escolar e cultural (Anhussi, 2009, p. 32).

A autora defende, ainda, que o aluno não é passivo diante das mensagens que consome (Anhussi, 2009, p. 34). Por isso, é necessário que a escola prepare e forme seus alunos para uma leitura crítica, indo contra fundamentos de desigualdade e injustiça na sociedade (Anhussi, 2009, p. 37). Vânia Lúcia Quintão Carneiro (2005) reforça essa ideia de escola como espaço de incentivo ao pensamento crítico nas mídias:

> (...) a escola prescinde de ser instituição de repasse de informação para tornar-se lugar formador de pensamento, compreensão, interpretação. Preparar jovens para consumir com seletividade e criatividade a TV é com eles desenvolver competências para a análise e a crítica a partir de linguagens, produção e recepção. (Carneiro, 2005, p.158)

É necessário também valorizar a participação dos estudantes em análises e produção de materiais para veículos de comunicação, que podem ser seus próprios veículos ou repassado para outros, é importante que neste processo esteja inclusa uma reflexão crítica sobre as mídias. A escola é um espaço para debate, onde os alunos podem (e devem) expor suas ideias, de forma que possam ser cada vez mais e melhor orientados por seus professores. Zanchetta (2007) defende:

> As propostas educomunicacionais não descartam a componente política, tendo como projeto a apropriação das tecnologias pelos estudantes, justamente para torná-los sujeitos da/na cultura midiática. Nesse sentido, valorizam-se a capacidade de discernimento, de seleção, de resistência e de proposição das pessoas para aquela cultura. Mas aí reside uma segunda questão para a mudança de acento na perspectiva educomunicacional: estimular formas de interação com os MC pelas pessoas não implica antes legitimar os modos de dizer e de conduzir a comunicação por esses meios? Instrumentalizar, sob essa ótica, significa não apenas estudar aspectos de construção técnica e política das mensagens, mas a revisão da estrutura midiática e da construção de práticas sociais para se lidar com ela (Zanchetta, 2007, p. 1469).

Nesse sentido, o debate sobre as mídias tende a ser, ainda, um forte tema para abranger um leque de outros temas, como problemas sociais, coletividade, educação, política, entre outros. Tudo isso faz parte do processo de construção de valores e senso crítico de futuros cidadãos, por isso, deve-se reforçar também a necessidade de manter o conceito de cidadania sempre presente. Aqui, entende-se por cidadania o que diz Touraine (1996, p. 97): "é a responsabilidade política de cada um e, portanto, defende a organização voluntária da vida social contra as lógicas não políticas, que alguns acham ser 'naturais', do mercado, ou do interesse nacional".

Porto (2006) defende que dentro da "pedagogia da comunicação", temáticas sobre o cotidiano discente e construção de elementos expressivos de cultura dão ao sujeito uma compreensão e consciência sobre a realidade ao seu redor. Essa visão é relevante para a percepção de que é necessária a leitura crítica dos meios de comunicação desde o ambiente da escola, para que na vida do cidadão esse criticismo esteja presente.

Assim, a escola, ao utilizar temas do cotidiano discente e linguagens tecnológicas e comunicacionais em processos de formação docente:

- trabalha com um material que faz parte do dia-a-dia dos sujeitos escolares e é agradável a eles;
- introduz a vida na escola, chegando por meio de textos imagéticos às inquietudes, interesses e dúvidas de professores e alunos sobre temas vitais;

- envolve os docentes em experimentações pedagógicas com novas linguagens;
- faz aflorar percepções e situações vividas no dia-a-dia, que interferem em sua prática profissional;
- propicia aprendizagens para além das racionalidades, envolvendo sensibilidade, intuição, emoção e desejo;
- possibilita interação entre os professores, destes com os estudantes, e de ambos com os conhecimentos escolares e as tecnologias;
- aumenta o poder de decisão e de criação dos sujeitos;
- colabora não só com a formação do sujeito crítico, mas conduz à formação do cidadão crítico (PORTO, 2006, p. 56).

As conclusões da autora citadas acima servem como fundamento para justificar a nossa percepção do uso dos meios de comunicação na escola, em especial os dois últimos citados. A formação do cidadão crítico é essencial no contexto de vivência de um mundo totalmente permeado pelos meios de comunicação.

O CONHECIMENTO JORNALÍSTICO PARTICIPATIVO NA EMANCIPAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA CIDANIA

Nessa secção apresentam-se os conceitos de emancipação humana, emancipação política e cidadã como fundamento para a justificar a importância dos alunos terem contato com o jornal desde a infância.

Para Bini e Garcia (2013), o "letramento midiático" torna os alunos conscientes da persuasão e da propaganda ideológica implícita nos meios de comunicação, o que os torna mais críticos diante do conteúdo. Para os autores, o "letramento" é efetivado quando são derrubadas barreiras individuais e institucionais que impedem a inclusão dos meios comunicacionais no ambiente escolar, isto sendo possível apenas através de projetos e profissionais de educação e da comunicação para ensinar a leitura crítica.

Neste sentido, a área de Educomunicação tem grande contribuição na aproximação entre os meios de comunicação e os alunos, para construir o processo de letramento midiático. A Educomunicação tem como proposta:

> aproximar as relações da comunicação com a educação, criando um campo de diálogo entre comunicadores e educadores em todo o mundo, onde o ponto fundamental é o compartilhamento de conhecimentos, com vistas a contribuírem para o desenvolvimento das áreas e consequentemente para a sociedade contemporânea. Essa aproximação entre a comunicação e a educação não acontece por mero acaso, vem em um momento importante e ao mesmo tempo conturbado na educação, pois deriva da influência que a evolução tecnológica dos meios de comunicação tem exercido na sociedade, na cultura, na forma de ser e de relacionar dos sujeitos (RIOS; SILVA, 2015, p. 3).

A Educomunicação oportuniza a exploração de recursos tecnológicos e midiáticos para promover o desenvolvimento do aluno enquanto indivíduo coletivo, com papel participativo e interventivo na sociedade e realidade em que vive. Além disso, forma indivíduos mais comprometidos com fatores de sua vivência como justiça e solidariedade. Apesar dos favorecimentos, esse processo impõe também desafios aos profissionais envolvidos (RIOS; SILVA, 2015). Os autores reforçam ainda, para a introdução da Educomunicação às escolas:

> o primeiro passo para iniciar um projeto educomunicativo consiste em conhecer a realidade da escola, saber como funciona o ecossistema comunicativo e buscar percebê-lo como espaço de convivência das pessoas onde se realizam ações comunicativas. Outra questão importante é analisar como ocorre a comunicação no ecossistema, ela é realizada de forma aberta, participativa, bidirecional e dialógica, ou é algo, que acontece de forma fechada, centralizada, unidirecional e monológica. Depois de feito esse diagnostico se torna possível (RIOS; SILVA, 2015, p. 11)

Devido à importância da formação de leitores críticos e a quantidade de propaganda ideológica que circula nos meios de comunicação, o uso das mídias em sala de aula é essencial. Não só como recursos didáticos tecnológicos, mas também como meio de leituras que fazem parte da aprendizagem. Com isso, o professor tem a possibilidade de desenvolver leitores competentes, capazes de analisar as inferências nestes meios (BELETTE; GIACOMELLI, 2006 apud RIOS; SILVA, 2015).

Evidências de pesquisas indicam que as experiências dos alunos com a leitura do jornal e com o uso das tecnologias podem levar à formação do leitor crítico e, em consequência, a formas de emancipação (ANHUSSI, 2009; KENSKI, 2005). A base deste fundamento considera que ao ler o jornal e debater sobre as informações, os alunos constroem opiniões e valores que constituirão os seus modos de pensar e agir em sociedade.

Segundo Abbagnano (2007), emancipação é a

> libertação da humanidade em relação a qualquer tipo de vínculo religioso, político, econômico, etc que impeça sua plena realização. O ideal da emancipação caracteriza movimentos díspares, como o iluminismo, o marxismo, o positivismo, etc e é típico da modernidade e da sua ideia de progresso (ABBAGNANO, 2007, p. 362)

Ainda para Abbagnano (2007), no marxismo há a distinção entre emancipação política e emancipação humana. A primeira se limita a igualar os indivíduos diante da lei. A segunda implica na “superação das desigualdades reais” (p. 362), ou seja, a ideia de uma democracia substancial em que os homens não sejam iguais não só plano político (democracia formal), mas também no plano econômico (mesmo nível de bem estar para todos). Para Abbagnano (2007), Habermas e os neomodernos consideram que o ideal progressista de emancipação, ou seja, projeto de uma sociedade de sujeitos livres e desalienados, não foi ainda atingido, mas está ainda “inacabado”.

A educação tem um papel essencial para a emancipação política e cidadã, bem como para a emancipação humana, pois oferece a base dos conhecimentos técnicos mais específicos e de mundo, colaborando na construção de valores e opiniões, assim como tem também por função o Jornalismo. Para alcançar um ideal de cidadania, que faz parte da emancipação política, é preciso desenvolver os valores políticos, críticos e cidadãos do indivíduo.

Alsina (2009) defende que "a mídia possui um conteúdo que interpreta, segundo os conceitos implícitos ou explícitos e ideológicos do mundo, a realidade social representada" (p.79). Por isso, a representação da sociedade pela mídia constrói conceitos e visões para o indivíduo.

O Jornalismo, como forma de conhecimento, pode (e deve) acrescentar conhecimento de mundo ao público, colaborando, assim, para a emancipação.

> Além desta maneira distinta de produzir conhecimento, o jornalismo também tem uma maneira diferenciada de o produzir, vinculada à função de comunicação que lhe é inerente. O Jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais. A hipótese de que ocorra uma reprodução do conhecimento, mais complexa do que a sua simples transmissão, ajuda a entender melhor o papel do Jornalismo no processo de cognição social (MEDITSCH, 1998, p. 28)

Na chamada "cognição social", em que o indivíduo recebe e assimila as informações do conhecimento gerado pelo Jornalismo, acontece o processo da construção do indivíduo com valores de cidadania e criticismo. Na escola, agindo como ponte entre jornal e aluno, o conhecimento se torna parte do aprendizado. Alguns autores reforçam a necessidade de se atentar para os veículos que almejam o contrário disso na sua linha editorial. Essa avaliação também faz parte do aprendizado da alfabetização para mídias.

Para Kellner e Share (2008), a expansão das novas tecnologias e "bombardeio comercial" sobre as crianças contribuem para uma vivência de um mundo mediado, criando novas possibilidades, mas, ao mesmo tempo, dá potencial a empresas e ao governo para ampliar o controle sobre os meios comunicacionais. Isso inclui, também, a restrição do fluxo de informações. Os autores reforçam, ainda, que o volume de informação faz crescer também a diversidade de ideias e pessoas. Porém, ao contrário disso, reduz a pluralidade cultural, pela homogeneização comercial disseminada pelos mercados globais com as facilidades das novas tecnologias de comunicação e informação. Os autores defendem que "a necessidade de instrução aberta e da estruturação crítica garante que os alunos se envolvam criticamente com textos para compreender as interconexões e os sistemas de poder" (2008, p. 11).

É importante ressaltar que a discussão dos jornais em sala de aula também deve abranger esse sentido "negativo" das mídias, não apenas a leitura e discussão dos fatos exatamente como são expostos. Como já defendido pelos autores, em alguns casos, bastante recorrentes, os meios de comunicação têm por objetivo o convencimento, ideológico ou comercial. Por isso, para Kellner e Share (2008) é necessária a alfabetização crítica da mídia, definida por eles como:

> A alfabetização crítica da mídia é uma resposta educacional que amplia a noção de alfabetização, incluindo diferentes formas de comunicação de massa, cultura popular e novas tecnologias. Ela também aprofunda o potencial da alfabetização para analisar criticamente relações entre a mídia e as audiências, informação e poder. Com essa análise corrente, a produção de mídia alternativa dá aos alunos o poder de criar suas próprias mensagens, que podem desafiar textos e narrativas de mídia (KELLNER; SHARE, 2008, p. 5)

Kellner e Share (2008) defendem que a incorporação da produção de arte e mídia à Educação torna possível o oferecimento de aprendizado mais "experimental" e até mesmo divertido e expressivo. Para os autores, a abordagem que transcende as habilidades técnicas ou apreciações relativistas e traz a cultura popular para a educação recorrente, o que pode ser um incentivo para os alunos tem potencial para alfabetização crítica e transformadora da mídia. As diferentes abordagens para a alfabetização midiática não são modelos "fechados", mas pontos de referência interpretativos como chamam Kellner e Share (2008), que guiam os educadores nos objetivos e estratégias. Para os autores, "a busca pela alfabetização crítica da mídia é importante para identificar os elementos e objetivos necessários para a boa pedagogia midiática".

Para Oliveira (2008, p. 5), "parece que as pessoas não são educadas para a emancipação". A autora afirma a ideia de que o que ela chama de "talento" rege a trajetória acadêmica, excluindo as pessoas que "não aprendem e não têm talento". Então, a saída deveria ser repensar a educação para levar ao "esclarecimento" (Oliveira, 2008). O "talento" é o conhecimento técnico, específico. Mas o conhecimento de mundo também faz parte da formação.

Oliveira (2008) faz uma reflexão, baseada em Adorno (1995), sobre a relação que a escola deve construir com os meios de comunicação para colaborar com a emancipação e esclarecimento do indivíduo a partir das experiências escolares:

> Adorno sugere que nos níveis mais elevados dos colégios se proponham continuamente atividades que possibilitassem aos alunos verificarem as falsidades presentes nas mídias de massa, procurando despertar nos jovens a consciência do quanto somos enganados de modo permanente, num caminho educacional crítico e reflexivo. No entanto, essa educação para a emancipação e para a superação da barbárie deve ser pensada numa trajetória que tenha como ponto de partida a educação infantil e, como ponto de chegada, a formação permanente, ou seja, seu fim deve confundir-se com a fim da vida. Contudo, isso só será possível com uma tomada deposição decisiva pela educação para a emancipação, o que ainda não se encontra no complexo ou na literatura pedagógica, como seria de se presumir diante de tudo que vivemos hoje (OLIVEIRA, 2008, p. 6)

É preciso pensar que a emancipação envolve questões políticas, sociais e humanas, abarcando direitos humanos e sociais. Adorno (1995) entende por barbárie, a qual a superação é decisiva, para ele, para a sobrevivência da humanidade:

> Com barbárie não me refiro aos Beatles, embora o culto aos mesmos faça parte dela, mas sim ao extremismo: o preconceito delirante, a opressão, o genocídio e a tortura; não deve haver dúvidas quanto a isto. Na situação mundial vigente, em que ao menos por hora não se vislumbram outras possibilidades mais abrangentes, é preciso contrapor-se à barbárie principalmente na escola. Por isto, apesar de todos os argumentos em contrário no plano das teorias sociais, é tão importante do ponto de vista da sociedade que a escola cumpra sua função, ajudando, que se conscientize do pesado legado de representações que carrega consigo (ADORNO, 1995, p. 116)

Viana (2005) defende sobre a superação da menoridade, que é resultado da emancipação:

> O homem supera a sua menoridade através da experiência e reflexão. A primeira é condição da segunda. O significado da formação é mais amplo do que a simples introjeção de valores existentes e pré-determinados pois abrange o próprio processo de superação da menoridade, que ocorre através da experiência e reflexão (VIANA, 2005, p. 5).

É nesse sentido que a formação escolar participa da construção crítica e política do cidadão: não ensina apenas valores, mas faz o estudante refletir e ter experiências sobre a realidade e contexto em que vive. Isso acontece por meio da leitura dos jornais, trazendo notícias do cotidiano e com a análise desse material.

Analisando as conclusões de Oliveira (2005), que toma por base Adorno (1995), é possível perceber que a emancipação depende de uma mudança nos conceitos inerentes à sociedade. Para Oliveira (2005), a sociedade heterônoma em que vivemos, que faz o indivíduo "se manter e sobreviver", pode fazê-lo voltar a ser não emancipado, mesmo depois de uma emancipação que acontece por meio da educação. Para Viana (2005), Adorno não se refere só ao indivíduo isoladamente, mas como um ser social, em busca da emancipação política de grupos que ele representa.

Com a emancipação política, o indivíduo torna-se capaz de buscar por seus direitos, principalmente, pelo que compõe a sua cidadania de forma efetiva. A cidadania, segundo Maia e Pereira (2014),

> [...] não deve ser vista como um status que se conquista após a passar por determinadas experiências, mas como um processo de legitimação de formas de ser e fazer desde sempre cada indivíduo exercita ao longo de sua trajetória de vida, em um movimento de autorreflexão permanente (MAIA; PEREIRA, 2014, p. 323).

É essa autorreflexão que a leitura dos jornais na sala de aula favorece. Pensar sobre a realidade coletiva e individual faz com que o aluno construa seus ideais, tomando como base, também, o que ele absorve do debate sobre os temas. A emancipação humana, para Tonet (2005) é o que deve ser buscada na formação e se define por:

> [...] uma forma de sociabilidade na qual os homens sejam efetivamente livres, supõe a erradicação do capital e de todas as suas categorias. Sem essa erradicação, é impossível a construção de uma autentica comunidade humana. E essa erradicação não significa, de modo algum, o aperfeiçoamento da cidadania, mas a sua mais completa superação (TONET, 2005, p. 4).

A emancipação humana é mais individualizada, mas não deixa de fazer parte de uma ação coletivizada por ser uma ação social. A vida em sociedade deve buscar a emancipação, por isso o papel relevante da escola na construção emancipatória.

Tonet (2014) questiona: pode a educação, na atual situação da sociedade capitalista, contribuir para a emancipação humana? O autor defende a ideia de que não é possível organizar a educação em sua forma e seus conteúdos, de modo geral, para que ela contribua para a construção de uma sociedade plenamente emancipada. Contudo, na medida em que a sociedade capitalista tem, em sua essência, uma contradição entre capital e trabalho, entende que é possível organizar, no interior da própria dimensão educativa, atividades que contribuam para a transformação radical do mundo e para a construção de uma forma de sociabilidade para além e superior ao capitalismo (Tonet, 2014).

Para o autor, é necessário que a classe trabalhadora tenha acesso ao conhecimento historicamente sistematizado e acumulado, pois sem o patrimônio – cognitivo, tecnológico e artístico – amealhado até o momento pela humanidade, seria para ela impossível tanto iluminar o processo de sua libertação como construir uma outra e superior forma de sociabilidade. “A burguesia pode opor a isso inúmeros obstáculos, mas não pode impedir totalmente, pois isso significaria a sua própria morte” (Tonet, 2014, p. 14). Porém, ainda que esse acesso da classe trabalhadora ao conhecimento historicamente sistematizado seja necessário, isso não é condição suficiente para embasar a luta pela sua emancipação.

As atividades educativas de caráter emancipador são todas aquelas que “contribuem para que as pessoas tenham acesso ao que há de mais elevado no patrimônio cognitivo, artístico e tecnológico de que a humanidade dispõe hoje” (Tonet, 2014, p. 18). O autor apresenta as características das atividades educativas emancipatórias: a) contribuem para que as pessoas compreendam o processo histórico, desde suas origens até os dias atuais; b) permitem a compreensão da origem e natureza da sociabilidade capitalista, da lógica, da reprodução da capital, das contradições e das classes sociais; c) permitem compreender os fundamentos, a natureza e a possibilidade real de construção de uma sociedade comunista.

Consideramos que o trabalho com o jornal constitui-se em um instrumento para a realização de atividades educativas emancipatórias. No entanto, para que seja utilizado nesta perspectiva, depende dos mediadores de leitura, ou seja, os professores e outros profissionais que trabalham com projetos de leitura. A partir da leitura do jornal, pode-se retratar a realidade e o contexto social, dando ao indivíduo um conhecimento mais aprofundado sobre essas temáticas. Essa função perpassa por mudanças na percepção da sociedade, traçando uma superação dos problemas da sociedade atual, partindo da superação de cada indivíduo.

Para Rios e Silva (2015), independentemente se de escola particular ou pública, o professor é o grande agente mediador do processo de ensino-aprendizagem e os alunos estão marcados pela sociedade da informação e da comunicação, o que torna o preparo para a educação para as mídias um requisito para o ensino. Citelli (2011, p. 65) apud Rios e Silva (2015, p. 6) reforça que os programas de cursos formadores de professores passaram a incluir em seus currículos, mesmo que de forma incompleta e desordenada, disciplinas de Educação para a Mídia de forma compreensível: é o contexto em que os alunos vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capítulo apresentou conceitos que evidenciam a relevância da utilização de produtos jornalísticos nas escolas. É possível compreender que o trabalho com o jornal em sala de aula constitui-se como uma ferramenta essencial para a construção da emancipação política, cidadã e humana dos alunos. Essa prática contribui para formar leitores críticos e engajados, capazes de analisar a realidade social em que estão inseridos. O jornal, ao trazer notícias do cotidiano e fomentar o debate sobre temas diversos, possibilita ao estudante refletir sobre a sua realidade, construir opiniões fundamentadas e desenvolver um senso crítico frente às narrativas midiáticas, muitas vezes carregadas de ideologias.

A alfabetização midiática, defendida por autores como Kellner e Share (2008), vai além do uso técnico das tecnologias e mídias. Ela promove uma análise crítica das relações entre mídia, audiências e sistemas de poder, capacitando os alunos a questionar textos e narrativas dominantes. Essa abordagem educativa, aliada ao uso do jornal, cria um ambiente propício para o desenvolvimento de habilidades críticas e reflexivas, essenciais para a formação de cidadãos conscientes e participativos.

Entretanto, é preciso reconhecer que o processo de emancipação não é simples nem direto. Ele depende do papel ativo da escola, que deve atuar como mediadora entre o indivíduo e os meios de comunicação, fornecendo subsídios teóricos e práticos que possibilitem uma leitura crítica da realidade. Como destacado por Adorno (1995), a superação da barbárie – representada pelo preconceito, extremismo, genocídio e opressão – deve ser combatida através de uma educação crítica, capaz de transformar os indivíduos e a sociedade.

A emancipação humana, segundo Tonet (2014), vai além das esferas política e cidadã. Ela envolve a construção de uma sociabilidade que supere as contradições do capitalismo, permitindo que os indivíduos sejam verdadeiramente livres e desalienados. Nesse sentido, a educação desempenha um papel crucial ao oferecer acesso ao patrimônio cognitivo, artístico e tecnológico acumulado pela humanidade, promovendo a compreensão crítica da história, da sociedade e das possibilidades de transformação.

Os professores, como mediadores desse processo, têm a responsabilidade de contextualizar e problematizar o conteúdo jornalístico, promovendo atividades educativas que favoreçam a emancipação dos alunos. Como defendido por Rios e Silva (2015), é essencial que esses profissionais estejam preparados para lidar com as demandas da sociedade da informação e da comunicação, utilizando o jornal como instrumento de ensino de maneira intencional e crítica.

Assim, o uso do jornal em sala de aula não se restringe a um recurso didático. Ele se configura como um mecanismo de construção cidadã, proporcionando aos alunos as ferramentas necessárias para interpretar, questionar e transformar a sociedade em que vivem. A emancipação, portanto, emerge como um objetivo educativo fundamental, alinhado ao compromisso de formar indivíduos críticos, autônomos e capazes de agir ativamente na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALDÉ, A. Prefácio In: BORGES, Juliano da Silva. **Webjornalismo: política e jornalismo em tempo real**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009

ALSINA, M. R.. **A construção da notícia.** Petropólis: Vozes, 2009.

ANHUSSI, E. C. ***O uso do jornal em sala de aula: sua relevância e concepções de professores****. 172 f.* Diss. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009.

BORGES, J.. **Webjornalismo: política e jornalismo em tempo real.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file. Acesso em 04 abr. 2017

CANAVILHAS, J. **Webjornalismo: Da pirâmide invertida à pirâmide deitada.** BOCC–Biblioteca Online de Ciências de Comunicação, 2006.

CANAVILHAS, J. (org.). (2014). Webjornalismo: 7 caraterísticas que marcam a diferença. Covilhã, Universidade da Beira Interior: Livros LabCom.

CAPUTO, S. G.. **Sobre entrevistas: teoria, prática e experiências**. Vozes, 2006.

CARNEIRO, V. Televisão e educação: aproximações. In: MORAN, J. M.; BIANCONCINI, M. E. (org.) **Integração das tecnologias na educação**. Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2005. Disponível em: http://livros01.livrosgratis.com.br/me000701.pdf. Acesso em: 14 maio 2017.

CORTELAZZO, I. B. C.. **Pedagogia e as novas tecnologias**. In: Semana da Pedagogia: Pedagogia em Debate, 2002, Curitiba. Pedagogia em Debate -Textos Livro Virtual. Curitiba: UTP, 2002. v. 1. p. 32-39.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge. (org.).Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação.São Paulo:Atlas, v. 1, 1ª ed., p. 62-83, 2005.

FARIA, M. A. **Como usar o jornal na sala de aula.** [11.ed.]. São Paulo: Contexto, 2011.

FARIA, M. A.; ZANCHETTA, J.. **Para ler e fazer o jornal na sala de aula.** Editora Contexto, 2006.

GARCIA, L; BINI, P. A educomunicação como instrumento de construção de leitores críticos de mídia. Travessias, v. 7, n. 1. 2013.

GENRO FILHO, A. "**O segredo da pirâmide**." *Porto Alegre: Tchê* (1987).

GUTIÉRREZ, F. **Linguagem Total**. SP: Summus Editorial, 1976.

KANT, I. **Resposta a pergunta: Que é *esclarecimento*?** Textos Seletos. Tradução Floriano de Sousa Fernandes. 3ed. Editora Vozes: Petrópolis, RJ. 2005.

KELLNER, J.; SHARE, J.. Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação. V. 29. n. 104. Campinas, 2008. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br

KENSKI, V. As tecnologias invadem nosso cotidiano. In MORAN, J. M; BIANCONCINI, M. E. (org.) **Integração das tecnologias na educação**. Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2005. Disponível em: http://livros01.livrosgratis.com.br/me000701.pdf.Acesso em: 14 maio 2017.

LAGE, N. A reportagem: teoria e tecnica de entrevista e pesquisa jornalistica. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LIPPMANN, W. **Opinião Pública**. [1922] Petrópolis, Vozes, 2008

LÓPEZ, X; OTERO, M; PEREIRA, X; GAGO, M. **El nuevo profesional y las nuevas profesiones.** In: JIMÉNEZ, A. G.; RUBIO, P. R. (org.). Aproximaciones al periodismo digital. Madrid: Dykinson, 2007.

MAIA, A.; PEREIRA, M. Z.. Cidadania, educação e cotidiano. Educação e Realidade, Porto Alegre , v. 39, n. 2, p. 617-631, abr./ jun. 2014

MARX, K; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. Estudos Avançados, São Paulo , v. 12, n. 34, p. 7-46, Dez. 1998.

MEDINA, C. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Ática. 95, 96p, 1986.

MEDITSCH, E. Jornalismo como forma de conhecimento. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 21, n. 1, p.25-38, jan./jun. 1998.

MORAN, J. M. BIANCONCINI, M. E. **Integração das tecnologias na educação**. Disponível em: http://livros01.livrosgratis.com.br/me000701.pdf. Acesso em: 14 maio 2017.

MORIN, E A entrevista nas Ciências Sociais, na rádio e na televisão. In: MOLES, Abraham et alii. Linguagem da cultura de massa. Petrópolis. Vozes, 1973.

OLIVEIRA, G. Z. Contribuições de Adorno para repensar a educação. Revista Pragmateia Filosófica, Ano 2, Nº 1, outubro de 2008.

PEREIRA JUNIOR, L.. **A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa.** Petrópolis: Vozes, v. 70, 2006.

Prefácio. In: PRETTO, N. L. Do MEB à WEB: O rádio na educação. Edição 1. Belo Horizonte: Autentica, 2010. p. 9-12 371.332 d631

PORTO, T. M. As tecnologias de comunicação e informação na escola: relações possíveis... relações construídas. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro , v. 11, n. 31, p. 43-57, jan. /abr. 2006.

PRETTO, N. **Uma Escola sem/com Futuro: Educação e Multimídia**. Campinas, Papirus, 1996.

RAMOS, A. M. C. **Virando a página – o jornal na sala de aula.** Natal: Editora da UFRN, 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** metodos e tecnicas. 3.ed.rev.amp. São Paulo: Atlas, 1999.

RIOS, M. D. R.; SILVA, D. S. As contribuições da educomunicação na formação do indivíduo coletivo. **VIII Encontro de pesquisa em educação**. Uberaba, setembro de 2015. Disponível em: https://www.uniube.br/eventos/epeduc/2015/completos/32.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2017.

ROUSSEAU, J.**. Do Contrato Social.** São Paulo: Nova Cultural, 1991.

SUBTIL, M. J. D. “A mídia e a construção social da noção de infância”. In: ____________. **Música Midiática e o gosto musical das crianças.** Edição 1. Ponta Grossa, Editora UEPG, 2006, p. 52-64.

TONET, I. Cidadania ou emancipação humana. 2005. Disponível em http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/CIDADANIA_OU_EMANCIPACAO_HUMANA.pdf. Acesso em: 10 out. 2017

TONET, I. Interdisciplinaridade, formação humana e emancipação humana. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 116, p. 725-742, out./dez. 2013.

TONET, I. Atividades educativas emancipadoras. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 9-23, jan./jun. 2014.

TOURAINE, A. **O que é democracia?** Trad. De Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis- RJ: Vozes, 1996.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo: volume 1: porque as notícias são como são.** Florianópolis: Insular 2 (2005).

VALENTE, J.A. **A espiral da aprendizagem e as tecnologias da informação e comunicação: repensando conceitos**. In: JOLY, M. C. (ed.) Tecnologia no Ensino: implicações para a aprendizagem. São Paulo: Casa do Psicólogo Editora, 2002a, p. 15-37.

VALENTE, J.A. **Aprendizagem por projeto: o fazer X o compreender.** Artigo não publicado da Coleção Série Informática na Educação – TV Escola, 2002b.

VIANA, N. Adorno: **Emancipação e educação.** Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação. n. 4. maio/out. 2005.

VONSIMSON, O. (org.). **Experimentos com Histórias de Vida.** SP: Vértice, 1988.

ZANCHETTA JR., J. **Estudos sobre recepção midiática e educação no Brasil.** Educação & Sociedade, Campinas , v. 28, n. 101, p. 1455-1475, set./ dez. 2007.

PIRÂMIDES E PARALELEPÍPEDOS NO MULTIVERSO: SOBRE FATO, VERSÃO, CONSENSO E VERDADE

Data de submissão: 02/01/2025 *Data de aceite: 21/01/2025*

Ricardo Rodrigues
Antropólogo e Sociólogo, Doutor em Direito pela Estácio de Sá
http://lattes.cnpq.br/3012709746351464

RESUMO: Este artigo discute o processo contínuo de construção do pensamento crítico, fundamentado em experiências, reflexões pessoais e influências teóricas adquiridas ao longo da formação acadêmica e prática. O texto explora como a antropologia, a sociologia e a ciência política contribuíram para o desenvolvimento de uma visão analítica e questionadora sobre a sociedade, destacando a ciência como uma ferramenta para compreender múltiplas realidades sociais, temporais e espaciais. A reflexão também aborda os conceitos de fato, versão, consenso e verdade, apresentando-os como instrumentos cruciais para a interpretação das realidades sociais, sem a pretensão de alcançar certezas absolutas, mas priorizando o debate crítico e a diversidade de perspectivas. O trabalho reafirma a ciência como um processo de refutação contínua, inspirado pelo pensamento de Karl Popper, e ressalta a importância da liberdade intelectual na construção do conhecimento.
PALAVRAS-CHAVE: pensamento crítico; ciências sociais; antropologia; sociologia; ciência política; múltiplas realidades; consenso; verdade; Karl Popper; epistemologia.

PYRAMIDS AND PARALLELEPIPEDS IN THE MULTIVERSE: ON FACT, VERSION, CONSENSUS, AND TRUTH

ABSTRACT: This article discusses the continuous process of building critical thinking, grounded in experiences, personal reflections, and theoretical influences acquired throughout academic and practical training. It explores how anthropology, sociology, and political science contributed to developing an analytical and questioning perspective on society, emphasizing science as a tool to understand multiple social, temporal, and spatial realities. The reflection addresses the concepts of fact, version, consensus, and truth, presenting them as essential instruments for interpreting social realities. It rejects the pursuit of absolute certainties, prioritizing critical debate and the diversity of perspectives. The study reaffirms science as a continuous process of refutation, inspired by Karl Popper's thought, highlighting the importance of intellectual freedom in the construction of knowledge.
KEYWORDS: critical thinking; social sciences; anthropology; sociology; political science; multiple realities; consensus; truth; Karl Popper; epistemology.

INTRODUÇÃO

A construção de um pensamento crítico é um processo contínuo, moldado por experiências, reflexões pessoais e influências teóricas que atravessam nossa formação acadêmica e prática. Durante minha graduação em Ciências Sociais, fui apresentado às grandes áreas do conhecimento: antropologia, sociologia e ciência política, cada uma contribuindo para o desenvolvimento de um olhar analítico sobre o mundo, se assim posso dizer. Esses campos não apenas me ensinaram a observar a sociedade, mas também a questionar suas estruturas, gerando dúvidas que desenvolveram outras certezas e, ironicamente, verdades que hoje eu próprio coloco em dúvida.

Naquele momento, eu acreditava, de forma quase ingênua, como a maioria dos estudantes, que a ciência (faculdade) poderia me oferecer as verdades que eu buscava. Mais tarde, descobri que a ciência não produz verdades absolutas, mas sim e apenas verdades "provisórias", que nos ajudam a navegar por múltiplas realidades sociais no tempo e no espaço.

Quando falo de tempo, refiro-me às sociedades do passado, cujos registros históricos ou arqueológicos nos oferecem os artefatos que possibilitam estudar sua diversidade e compreender os traços deixados em suas trajetórias. Já quando falo de espaço, me refiro nas diversas sociedades, grupos e tribos incluindo as digitais e urbanas distribuídas ao longo do planeta e da internet, que desenvolveram suas culturas de maneiras únicas, refletindo diferentes modos de compreender e interpretar a realidade.

Os conceitos de fato, versão, consenso e verdade são instrumentos indispensáveis para compreender as realidades sociais, sejam elas do passado, do presente ou projetadas para o futuro. A ciência, em sua essência, não entrega certezas absolutas, aí reside sua melhor qualidade ela busca por refutação segundo leciona Karl Poppe! A ciência apenas oferece ferramentas para navegar por um universo de múltiplas realidades, culturas e narrativas.

Essa abertura ao diverso e ao provisório é o que mantém viva a construção do pensamento crítico e nossa capacidade de interpretar o mundo sem censura ou autoritarismo científico, moral ou jurídico por parte de uma classe, casta ou clã que se autoproclama intérprete da verdade, decodificadora dos fatos e criadora de consensos logo de verdades.

FATO

Foi nos livros e aulas de Émile Durkheim sobre as *Regras do Método Sociológico* que aprendi o que é um fato social. Para Durkheim, o fato social é definido como todo modo de agir, pensar e sentir que é exterior ao indivíduo, dotado de um poder coercitivo que o obriga a se conformar a ele, sendo, ao mesmo tempo, geral dentro de uma sociedade específica. Essa perspectiva me ensinou que a realidade social se impõe aos indivíduos, quer eles a aceitem ou não.

Era, finalmente, a objetividade nas ciências humanas que eu tanto buscava, apresentada de forma nua e crua. A coerção – seja por normas, costumes ou leis – demonstra que os fatos sociais possuem uma força que transcende o indivíduo, configurando um campo objetivo para a análise sociológica. Essa objetividade inicial parecia inquestionável ou, talvez, eu quisesse que assim fosse, pois oferecia um ponto de partida firme para compreender a sociedade e fazer ciência, permitindo alcançar verdades a partir de fatos observáveis.

Com Marcel Mauss, o conceito de fato social se torna total. Não se tratava apenas de observar fatos sociais, mas de compreender o que ele chamava de fato social total. Para Mauss, um fato social total é aquele que mobiliza todas as dimensões da vida social – econômica, religiosa, política e jurídica – de forma interconectada, revelando como os aspectos culturais e estruturais de uma sociedade se articulam. Ele não via os fatos como meros objetos a serem descritos, mas como realidades que precisavam ser observadas, catalogadas e organizadas para construir um conhecimento geral e racional sobre a sociedade. Mauss destacou que o trabalho sociológico exige método e rigor, permitindo que as práticas sociais sejam compreendidas em sua totalidade.

A sistematização de dados e a análise comparativa, como nas suas reflexões em *Ensaio sobre a Dádiva*, eram a prova que eu tanto desejava de que os fatos sociais podem revelar tantos padrões universais (objetivos, científicos logo verdadeiros) quanto variações culturais que influenciam sua interpretação.

Esse conhecimento foi o passaporte para voos mais altos na antropologia estrutural de Claude Lévi-Strauss, com sua busca pelos princípios gerais que regem as ações humanas. Lévi-Strauss demonstrou que as diferentes formas de organização social, religião e linguagem são, na verdade, maneiras diversas de combinar elementos fundamentais do pensamento humano e expressá-los, criando estruturas que se repetem, mas se adaptam aos contextos.

O voo foi para perto de povos indígenas no Brasil, para as sociedades tribais na África e na Polinésia, através de leituras como *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, de Bronislaw Malinowski, com seus estudos sobre economia e trocas rituais, e as análises de parentesco de Radcliffe-Brown abriram horizontes para compreender como cada sociedade combina elementos próprios e universais de forma única. No contexto brasileiro, os trabalhos de Roberto da Matta me fizeram aterrissar no brasil do dia a dia nos fatos do cotidiano, suas versões, consensos e verdades que fazem o brasil, brasil!

VERSÃO

Foi com Peter Berger que comecei a desconstruir a ideia de que o fato social não é puramente objetivo. Berger introduziu a noção de que a realidade é uma construção social, fruto de um processo contínuo de interação entre os indivíduos e suas instituições. Ele argumenta que, diferentemente dos animais, os seres humanos possuem instintos adormecidos ou subdesenvolvidos, o que nos torna dependentes da cultura para orientar nossos comportamentos e dar sentido ao mundo, Eureka!.

Por essa razão, os humanos precisam criar estruturas sociais – instituições – para estabilizar suas ações e garantir a continuidade da vida em sociedade. As instituições, segundo Berger, surgem como respostas às necessidades humanas de organização, mas acabam por moldar as práticas e os significados compartilhados em cada grupo social.

Nesse sentido, o fato deixa de ser algo fixo e universal para se tornar uma versão construída, que reflete as condições históricas, sociais e cognitivas específicas de cada sociedade.

A institucionalização do comportamento humano, ao mesmo tempo em que oferece estabilidade, também carrega o potencial de cristalizar verdades e narrativas que podem ser reinterpretadas ou desafiadas ao longo do tempo.

Essa perspectiva foi um verdadeiro soco cognitivo que me levou a refletir sobre como os fatos são moldados e reinterpretados, não apenas pelo contexto histórico em que estão inseridos, mas também pelas instituições que sustentam sua validade.

Assim, surge a questão: quem determina o que é fato? O que chamamos de realidade não é um dado natural e objetivo, mas o produto de uma construção coletiva, onde os indivíduos criam padrões de comportamento, os legitimam por meio da cultura e os reproduzem até que se tornem normativos. Esses padrões, por sua vez, passam a ser geridos e controlados por uma classe dirigente, que detém o poder de definir as “verdades” e os consensos dentro da sociedade.

Nesse momento, entra em cena a abordagem crítica de Michel Foucault e sua análise da “microfísica do poder”. Foucault demonstra que o poder não se concentra apenas nas grandes estruturas estatais, mas está distribuído em todas as relações sociais, operando de maneira sutil e invisível.

Ele mostra como as instituições – escolas, hospitais, prisões, sistemas legais – exercem poder disciplinar, moldando corpos e mentes para se conformarem às normas estabelecidas. Esse poder, ainda que fragmentado, é instrumental na construção de verdades que atendem aos interesses de quem o controla. Assim, o que é definido como fato ou verdade muitas vezes reflete as dinâmicas de poder e as relações hierárquicas de uma versão da sociedade.

Berger oferece uma luz para essa prisão de Foucault, pois apresenta que as instituições moldam os indivíduos, mas são constantemente reafirmadas e modificadas por eles, em um ciclo contínuo de criação e recriação da realidade.

Esse processo dinâmico reforça que os fatos sociais, antes percebidos como objetivos e inquestionáveis, são, na verdade, permeados por subjetividades, interpretações e interesses que refletem as necessidades e circunstâncias de cada sociedade.

Assim fato e versão são realidades retroalimentadas construídas – e institucionalizadas – variando constantemente, revelando não apenas diferenças culturais, mas também as estratégias humanas para dar sentido ao caos inerente à existência.

CONSENSO E VERDADE

Clifford Geertz foi fundamental para diluir minha compreensão sobre como os fatos sociais são interpretados culturalmente e, mais ainda, para aprofundar a ideia de que a verdade não é um conceito universal, mas uma versão construída dentro de sistemas culturais específicos.

Geertz define cultura como uma "teia de significados" na qual os indivíduos estão inseridos, tecida a partir de interações e sentidos compartilhada por meio de símbolos, rituais e práticas. Essa definição leva a seguinte lógica os fatos não existem isoladamente, mas estão sempre imersos nessa teia simbólica que possui sentido através de uma versão compartilhada de narrativa social e uma mesma sociedade possui mais de uma versão sobre si mesma.

Por isso os fatos e as versões são moldados e interpretados conforme os significados culturais de cada sociedade e grupo que administra aqueles sentidos e sentimentos, como os sistemas de justiça.

No livro *O Saber Local*, Geertz demonstra como os sistemas de justiça – que supostamente buscam a objetividade ao alcançar a verdade – operam sob as lentes de um versão de cultura. Em sua análise sobre tribunais e sistemas jurídicos em diferentes sociedades, ele evidencia que a busca pela verdade está profundamente enraizada nos significados e valores locais.

Por exemplo, enquanto em algumas culturas a justiça é percebida como algo retributivo, em outras é vista como restaurativa, revelando que a definição de fato e verdade varia de acordo com os princípios culturais que orientam essas práticas, vejamos:

No contexto de Marrocos, Geertz destaca que a justiça islâmica se baseia em textos religiosos, como o Alcorão, que orientam não apenas as decisões jurídicas, mas também a forma como a verdade é percebida. A busca pela verdade, nesse sistema, envolve a aplicação literal das escrituras sagradas e dos princípios morais e éticos nelas contidos. As decisões são tomadas com base na reconciliação entre as partes e na compensação por danos, refletindo uma perspectiva retributiva. O juiz, como intérprete da lei divina, desempenha um papel central na mediação, mas sua função vai além do simples julgamento: ele é visto como um restaurador da ordem moral e comunitária. Nesse modelo, a verdade é menos um dado objetivo e mais uma reafirmação dos valores religiosos e sociais que mantêm a coesão da comunidade.

Em Bali, Geertz analisa um sistema de justiça que se preocupa menos com a retribuição e mais com a restauração da harmonia social e cósmica. Para os balineses, o conflito é visto como uma ruptura na ordem natural e espiritual do mundo, e a verdade é encontrada por meio de um processo que visa reestabelecer esse equilíbrio. O julgamento é frequentemente conduzido em rituais coletivos, onde as partes envolvidas são incentivadas a encontrar um acordo que mantenha a harmonia do grupo. A verdade, nesse sistema, não é uma questão de quem está certo ou errado, mas de como a comunidade pode seguir em paz. O foco está na mediação e na resolução prática, evitando confrontos diretos que possam desestabilizar as relações sociais.

Na Índia, Geertz explora como a justiça está profundamente enraizada nas tradições religiosas e na estrutura hierárquica das castas. A verdade, nesse sistema, não é apenas um conceito jurídico, mas também espiritual e moral. Os julgamentos são marcados por rituais elaborados que refletem a posição social das partes envolvidas. A busca pela verdade está interligada com o cumprimento do dharma (deveres espirituais e sociais) e é influenciada pela relação entre deveres individuais e coletivos. Aqui, a verdade não é universal, mas contextual, adaptada às responsabilidades e obrigações de cada casta e aos papéis que os indivíduos desempenham na sociedade.

Vejamos um exemplo, menos exótico, no caso do Protocolo de Kyoto e como empresas reagiram de maneiras diferentes ao mesmo fato – o documento fala sobre a necessidade de reduzir emissões de gases de efeito estufa. Algumas corporações favoráveis ao tratado contrataram novos engenheiros para desenvolver motores mais eficientes e reduzir a poluição, buscando se adequar às novas regras, outras empresas que se opunham ao tratado optaram por contratar advogados para contestar o tratado e questionar suas regulamentações. Essa divergência de estratégias evidencia que o mesmo "fato", nesse caso a existência de um acordo internacional, pode ser interpretado de formas completamente distintas, dependendo do sistema de valores e interesses em que os atores estão inseridos gerando versões e que buscam demonstrar uma verdade que apela por consensos para poder se tornar uma verdade.

Essa abordagem mostrou-me que as forma de se observar os fatos não são estáticos nem universais; eles são mediados pela forma como cada sociedade organiza seus sistemas de significados e interesses.

A objetividade, portanto, não reside nos fatos em si, mas na sensibilidade compartilhada por um grupo ou sociedade, que determina o que é ou não relevante, verdadeiro ou aceitável. Essa ideia desloca a centralidade da objetividade como um dado natural e coloca em seu lugar a interpretação cultural como o alicerce das realidades sociais.

A partir dessa perspectiva, o estudo da sociedade e o trabalho intelectual se torna uma tarefa de interpretação, onde o papel do pesquisador é desvendar os sentidos atribuídos pelos próprios atores sociais, entendendo suas motivações, crenças, valores e sensibilidades.

Os fatos deixam de ser simplesmente dados objetivos e passam a ser compreendidos como versões culturais do mundo, repletas de significados compartilhados que buscam uma verdade que precisa ser negociado ao longo do tempo para se atingir um consenso.

Ocorre que o consenso opera através de sensibilidades culturais específicas, ou mesmo jurídicas. A obra de Roberto Kant de Lima é fundamental para compreender essas diferenças, especialmente quando compara os sistemas de justiça do Brasil e dos Estados Unidos.

Segundo Lima, no Brasil, o consenso sobre a verdade e a justiça é dominado por magistrados e agentes do Estado (promotores, peritos judiciais, policiais entre outros que usam de sua criatividade para desenvolver o trabalho intelectual de administrar a justiça), que desempenham um papel central na gestão da justiça e na construção das decisões judiciais.

Nesse modelo, o poder de interpretar e validar os fatos sociais está concentrado nos operadores do direito, cujo protagonismo molda a percepção do que é fato, versão, verdadeiro logo no consenso de justo na sociedade brasileira.

Por outro lado, nos Estados Unidos, a verdade é mediada de forma mais distribuída, envolvendo réus, a sociedade (representada pelo júri) e os agentes do Estado. Nesse sistema, o júri desempenha um papel crucial na determinação da verdade, trazendo para o processo judicial as sensibilidades culturais e as perspectivas da comunidade local. Essa diferença evidencia que a justiça não é um sistema universal e neutro, mas sim uma construção institucional profundamente influenciada pelos valores e pela cultura de cada sociedade.

Essa comparação me leva a refletir sobre como o consenso, a verdade e os próprios fatos são moldados pelas estruturas institucionais e culturais que regem cada sociedade. No Brasil, o sistema de justiça é caracterizado por uma forte centralização do poder decisório nos magistrados e em outros agentes do Estado. Essa centralização confere à justiça um caráter verticalizado, onde o consenso sobre a verdade emerge como resultado de um processo interno às instituições estatais.

Roberto Kant de Lima descreve esse modelo como uma “pirâmide do poder de decisão”, em que as instâncias superiores possuem o controle final sobre a interpretação dos fatos, a construção do consenso e a definição do que é justo. Nesse contexto, a participação direta da sociedade é limitada, e a verdade jurídica é percebida como algo que emana do Estado e de seus representantes, reforçando a ideia de uma autoridade central que legitima as decisões e valida os fatos.

Nos Estados Unidos, em contraste, o modelo de júri popular introduz uma dimensão horizontal ao sistema de justiça, que pode ser comparada a um “paralelepípedo”, onde os diferentes atores – réus, sociedade (representada pelo júri) e agentes do Estado – têm papéis complementares na busca pela verdade.

Roberto Kant de Lima aponta que esse sistema promove um ideal de maior democratização, pois envolve a comunidade local na construção do consenso sobre a verdade. O júri, composto por cidadãos comuns, traz para o processo judicial as sensibilidades, valores e perspectivas culturais da sociedade, permitindo que múltiplas versões de um fato sejam discutidas e consideradas.

Essa concorrência de narrativas reflete uma aceitação da pluralidade e legitima a verdade como um constructo compartilhado entre diferentes agentes, em vez de algo imposto de cima para baixo. Nesse sentido, o sistema estadunidense reconhece que a justiça é um espaço de negociação entre diferentes versões, valorizando a participação ativa da sociedade no processo de deliberação.

Essa abordagem reconecta o fato social à sua dimensão cultural e institucional, mostrando como a verdade não é um dado objetivo, mas um constructo mediado por agentes e contextos específicos. Os sistemas de justiça, ao lidarem com os mesmos conceitos – fato, versão, consenso e verdade –, chegam a resultados distintos devido às suas sensibilidades sociais daquele momento.

Essa constatação reforça a importância de compreender como as instituições moldam a realidade social, legitimando certos fatos e narrativas enquanto marginalizam e criminalizam outros. Assim, a verdade é sempre uma negociação muitas vezes desigual que está dentro de contexto histórico, social e cultural que reflete as sensibilidades que permeiam o funcionamento das instituições e as expectativas da sociedade.

MULTIVERSO

O que chamo aqui de multiverso é a era da digitalização da comunicação que possibilitou a expansão exponencial das interconexões humanas, onde a tecnologia conecta indivíduos, grupos e ideias em uma escala logarítmica. Essa transformação começou nos anos 1990, com o advento da internet, que trouxe as primeiras possibilidades de interatividade digital.

Nessa época, a comunicação ainda era predominantemente unidirecional, centrada em páginas estáticas e no consumo passivo de informações, com a web 1.0 funcionando como um grande diretório virtual. O e-mail e os primeiros fóruns de discussão foram os principais marcos dessa fase, permitindo que as pessoas se conectassem de forma limitada, mas inovadora para a época.

Com o início dos anos 2000, a web 2.0 revolucionou a comunicação digital ao transformar a internet em um espaço dinâmico e colaborativo. A criação de plataformas interativas, como blogs, wikis e redes sociais emergentes, deu aos usuários o poder de criar e compartilhar conteúdo, marcando o início de uma comunicação mais descentralizada. Redes sociais como MySpace e Orkut abriram caminho para o que hoje conhecemos como interações digitais em larga escala, enquanto o YouTube redefiniu o papel dos vídeos no compartilhamento de informações e na expressão cultural.

A partir de 2010, a popularização das redes sociais, como Facebook, Twitter e Instagram, consolidou um novo paradigma comunicacional. Essas plataformas tornaram-se arenas globais de interação, onde indivíduos e grupos passaram a disputar atenção, influenciar opiniões e moldar narrativas. A comunicação deixou de ser apenas um meio para trocar informações e passou a ser um espaço de construção de identidades, tribalização digital e polarização.

No espaço digital, as realidades se tornam múltiplas, interligadas e constantemente concorrentes, alimentadas por tribos digitais que moldam suas próprias narrativas e disputam a legitimidade de suas interpretações. Cada clique, comentário ou compartilhamento reforça essas realidades, criando bolhas informacionais que intensificam a fragmentação e polarização do debate público.

Essa dinâmica reflete uma complexidade que transcende os modelos institucionais tradicionais de produção da verdade, como sistemas de justiça, governos, academia ou grandes mídias. Historicamente, essas instituições atuaram como curadoras da verdade, muitas vezes editando informações e tratando a população como ignorante ou incapaz de participar do processo de construção do saber. Esse comportamento excludente por parte dos gestores do conhecimento e da informação, considero como uma das principais causas de seu declínio no multiverso digital, onde novas vozes e narrativas emergem para desafiar a legitimidade dessas estruturas tradicionais.

Muitas vezes as decisões e curadorias desses grupos eram apresentadas como verdades absolutas, enquanto as opiniões e os sentimentos das massas, pessoas simples, eram relegados a um plano de menor relevância ou simplesmente ignorados.

No entanto, a internet trouxe um novo espaço de construção do saber, permitindo que vozes individuais e coletivas concorressem na produção das verdades. A verdade, antes controlada e produzidas por essas instituições, tornou-se mais fluida, construída também pelos fatos sentidos e pelos sentimentos compartilhados por essa gente “ignorante” e ignorada que agora se organizam e se expressam livremente no ambiente digital viralizando e influenciando com seus fatos e versões da verdade.

Esse fenômeno permitiu que pessoas historicamente excluídas dos espaços formais de produção do saber e do poder – como a academia, o judiciário, os governos e a grande mídia – utilizassem as plataformas digitais para colocar em xeque as narrativas dominantes e afirmar seus próprios saberes, experiências e sentimentos.

Essa nova dinâmica representa uma espécie de reação, ou mesmo uma vingança simbólica, dos “bastardos do saber” contra anos de exclusão, deboche e desdém. Aqueles que não tinham espaço para se manifestar passaram a desafiar as estruturas que monopolizavam a legitimidade do discurso público, reivindicando seu lugar na construção e disputa das narrativas que moldam a sociedade

A internet, ao amplificar as vozes ignoradas, abriu espaço para uma disputa direta sobre o que é fato, verdade e construção de consenso, movida por argumentos sensíveis a sua realidade e emoções esses grupos compartilham seus saberes na forma de opinião, indignação e denúncia. Isso leva ao deslocamento do poder de validação da verdade para arenas mais descentralizadas acarretando tensões e disputa pelo sentido da verdade.

Nesse contexto, as plataformas digitais tenham buscado centralizar a moderação por meio de políticas técnicas e curadorias institucionais, é inegável que esses moderadores, sejam eles humanos ou algorítmicos, não conseguiram conter as expressões livres que circulam e rivalizam. A tentativa de filtrar os conteúdos dessa “gente ignorante”, muitas vezes, acaba amplificando o sentimento de perseguição e alimentando ainda mais a viralização de discursos que desafiam a autoridade das plataformas e as autoridades públicas.

Compreendendo esse contexto, a Meta desenvolveu uma nova sensibilidade expressa nas Notas da Comunidade, que oferecem uma alternativa que, embora imperfeita, privilegia a liberdade e a participação coletiva em detrimento do controle centralizado. A ideia de permitir que os próprios usuários contextualizem e ampliem o debate público, ainda que possa gerar ruído ou erros iniciais, cria um ambiente onde a multiplicidade de vozes é preservada.

A nova sensibilidade da Meta é a de que é preferível correr os riscos da liberdade em um espaço aberto, onde todos possam falar e se manifestar, do que delegar o poder de decisão a um grupo restrito que, sob o pretexto de proteger a sociedade, atua como “xerife digital”, julgando necessário silenciar opiniões divergentes e criar narrativas hegemônicas para combater a desordem informacional.

O perigo de moderadores centralizados é que, em nome de causas de superioridade moral e intelectual, como a proteção de minorias ou a luta contra a desinformação, eles podem acabar impondo barreiras à pluralidade, filtrando o discurso e institucionalizando visões de mundo que excluem qualquer discordância. Tudo isso pode ser legitimado por juízes que compõem uma corte que alega estar protegendo os direitos de um cidadão, mesmo contra sua própria vontade, sob a justificativa de que ele poderia se colocar em risco. Essa abordagem parte do pressuposto de que as pessoas comuns não sabem escolher ou que suas escolhas não são válidas o suficiente para o desenvolvimento sustentável da sociedade. Essa postura, além de paternalista, mina a confiança na capacidade coletiva de negociar significados e construir consensos.

Em contraste com essa centralização, plataformas que adotaram estruturas abertas e horizontais, como o X, e mais recentemente as Notas da Comunidade da Meta, oferecem modelos alternativos. Embora essas abordagens sejam desafiadoras e muitas vezes caóticas, elas criam um campo mais democrático, no qual o debate pode emergir das próprias interações e sensibilidades coletivas concorrentes. Esse modelo reconhece que a verdade e o consenso não são imposições de uma autoridade central, mas construções dinâmicas, formadas pela contribuição de múltiplas vozes e perspectivas.

Ao permitir que os próprios usuários contextualizem e contribuam com o debate público, essas plataformas promovem uma descentralização do poder de moderação. Embora imperfeitas, essas iniciativas representam um avanço em direção a um espaço público digital mais inclusivo e plural, onde as decisões não são tomadas exclusivamente por elites ou algoritmos, mas por uma rede de interações humanas que refletem a diversidade e a complexidade das sociedades contemporâneas. O resultado é um ambiente onde o risco da liberdade é preferível à segurança do controle autoritário, reafirmando o papel da pluralidade como base para o progresso democrático.

A liberdade, mesmo com seus riscos, é essencial para sustentar um ambiente de discussão genuína. Como bem demonstraram pensadores como John Locke, é preferível conviver com os desafios da liberdade a sucumbir à falsa segurança de um controle central que, no longo prazo, sufoca as ideias divergentes.

Moderadores, Xerifes e Juízes digitais centralizados representam um perigo maior à liberdade do que a dinâmica caótica, de uma arena aberta, onde todos têm a oportunidade de se expressar. Afinal, o cerceamento da liberdade em nome da segurança é o primeiro passo para a perda de ambas.

Se os “xerifes digitais” mantiverem suas marchas para cima das “tribos digitais” – coletivos organizados em torno de interesses, ideologias ou identidades específicas – surge o grande temor e terror de destribalizá-las ou de forma eufemística “civilizá-las”, impondo uma ordem externa que desconsidere suas narrativas, sensibilidades e modos de organização errados.

Essas comunidades desempenham um papel central na disputa pelo sentido de fato e verdade, construindo suas realidades a partir de narrativas compartilhadas, reforçadas por algoritmos que ampliam bolhas de informações e consolidam visões de mundo específicas. Essa fragmentação não é necessariamente um problema a ser resolvido, mas uma característica intrínseca de um ambiente plural, onde diferentes versões dos mesmos fatos coexistem, competindo por legitimidade e relevância.

O processo de destribalizar digital que estou falando é uma marcha de grupos juridicamente organizados, que fazem em essência, um movimento de desarticulação cultural e social, em que formas de vida, organização e pensamento de determinados grupos são sistematicamente substituídas por valores e estruturas externas, vistas como mais “civilizadas” ou “politicamente corretas”.

No contexto digital, a tentativa de destribalizar as comunidades virtuais representa a imposição de uma narrativa hegemônica que desconsidera as especificidades e os sentidos produzidos por esses grupos. Essa dinâmica, longe de promover uma coexistência de realidade no multiverso, pretende destruir e criminalizar as identidades que sustentam essas “tribos” e inviabilizar os espaços de diálogo e negociação que elas criam.

Ao tentar “civilizar” essas comunidades digitais, a marcha dos “xerifes digitais” promove humilhação e silenciamento às vozes que desafiam as estruturas dominantes de poder. Esse processo gera sentimentos de raiva, fúria e uma rebeldia digital colérica, que frequentemente emergem como importantes contrapontos às narrativas estabelecidas. O multiverso digital não é algo que pode ser apagado em nome de uma suposta ordem, mas sim respeitado em sua coexistência. A tentativa de destribalizar essas comunidades reforça o paternalismo e o autoritarismo disfarçados de controle, ignorando que as dinâmicas internas dessas “tribos” são essenciais para a construção de narrativas que refletem os sentimentos e as realidades dos indivíduos que as compõem.

Portanto, autoridades e intelectuais não devem se aventurar na tentativa de destribalizar ou civilizar essas tribos digitais, mas sim trabalhar para criar um ambiente de coexistência, onde diferentes narrativas, perspectivas e sensibilidades possam conviver. O multiverso digital, não será uma realidade onde a existência de uma realidade elimine as outras.

No multiverso, tribo comunidade busca dar sentido aos fatos, criar versões que reflitam suas experiências e construir consensos que sustentem a legitimidade de suas realidades. Essa dinâmica não é um problema a ser solucionado, mas um processo vital para a construção de verdades que, embora provisórias e contestáveis, sustentam a existência e a autenticidade de cada grupo.

O ambiente digital tem sido um espaço de liberdade desde a “pré-história” da internet nos anos 1980, quando começaram a surgir as primeiras comunidades online e a convivência de diferentes “tribos” no multiverso digital. Esse período foi marcado pela ausência de exigências formais de aceitação entre os participantes, prevalecendo a tolerância como princípio fundamental sem patrulhas de civilizadores. Nessas comunidades iniciais – sejam elas fóruns de discussão, grupos de e-mails ou redes pioneiras – a diversidade de ideias não era vista como uma ameaça e caso fosse era só sair do grupo e continuar usando a internet como motor para a inovação, para a construção de conhecimento coletivo e a evolução social.

As “tribos” digitais são parte integrante do multiverso de realidades sociais que define o ecossistema de espaço público contemporâneo e, como tal, devem ser respeitadas em sua autonomia e capacidade de produzir sentidos.

O modelo piramidal, onde uma única autoridade – seja uma instituição estatal, uma corporação digital ou uma elite tecnocrática – decide o que é verdadeiro, representa uma ameaça significativa à liberdade, à diversidade de ideias e à justiça. Nesse contexto, a busca pela verdade deixa de ser um processo colaborativo e plural, tornando-se subordinada aos interesses e agendas de quem detém o controle, resultando em censura, manipulação e potencial opressão.

A justiça, como explorado ao longo deste trabalho, só pode ser alcançada por meio de processos abertos, horizontais e negociados. Sistemas que centralizam o poder sobre os fatos e narrativas tendem a sufocar os divergentes e a reforçar desigualdades de tratamento. Essa dinâmica cristaliza privilégios e impede que grupos ignorados tenham a oportunidade de influenciar o debate público. Quando a verdade é imposta de cima para baixo, ela perde sua essência como um constructo de lidimidade social se transforma em uma ferramenta de controle para sustentar as estruturas de poder existentes.

Em um modelo piramidal, a ideia de consenso é reduzida a uma formalidade e a vontade de quem detém o poder de decidir. Em vez de refletir um acordo legítimo entre diferentes partes, o consenso torna-se uma imposição que carece de autenticidade e integridade. Esse tipo de sistema ignora a complexidade das sociedades contemporâneas e a necessidade de incluir múltiplas perspectivas para chegar a um entendimento mais justo e equilibrado. Ao monopolizar a construção da verdade, esse modelo piramidal fragilizam o espaço público e minam a possibilidade de diálogo honesto, desrespeitando a pluralidade que caracteriza o multiverso.

Por outro lado, modelos horizontais, como as arenas digitais abertas e dinâmicas, demonstram que a verdade e o consenso podem emergir de interações coletivas, mesmo que conflituosas. Essas estruturas descentralizadas reconhecem que a justiça não é alcançada pela eliminação de diferenças, mas pela livre concorrência, convivência tensionada e negociação de sentidos e valores entre grupos e indivíduos. Embora acarretem a polarização, esses sistemas permitem a coexistência das tribos de suas verdades, sem a necessidade de perseguição, censura ou mesmo eliminação busca-se uma verdade através da constante contestação e revisão.

A rejeição do modelo piramidal não implica um abandono da necessidade de ordem, mas sim a adoção de processos mais democráticos, participativos e aceitação da coexistência no multiverso. A verdade, como um constructo social, deve ser construída de forma livre e concorrencial, onde todas as vozes tenham a oportunidade de se expressar e contribuir. Esse é um caminho possível de coexistência no multiverso para que possa se alcançar uma justiça que não esteja a serviço do poder, mas da liberdade e da coexistência pacífica entre as diferentes realidades que compõem e concorrem no multiverso social e digital.

CONCLUSÃO

Concluo com dois titãs do pensamento moderno: Thomas Hobbes, em *Leviatã*, defendeu que a segurança e a ordem devem ser prioritárias, ainda que à custa de liberdades individuais. Para Hobbes, um Estado forte, que funcione como árbitro absoluto, é necessário para evitar o caos e a anarquia. No entanto, Locke, em sua visão liberal, argumentou que a liberdade deve prevalecer, mesmo que isso envolva riscos. A liberdade, para Locke, é o pilar de uma sociedade justa e próspera, onde os indivíduos têm a capacidade de agir, criar e negociar suas próprias verdades.

No ambiente digital, essas duas perspectivas continuam em disputa. Por um lado, há aqueles que advogam por maior controle, censura e moderação para garantir segurança e evitar abusos. Por outro, há os que defendem a liberdade como um princípio fundamental, mesmo com as consequências imprevisíveis que ela possa trazer. A história sugere que a censura, uma vez instaurada, tende a crescer de forma exponencial, comprometendo não apenas a liberdade de expressão, mas também a própria capacidade das sociedades de evoluir por meio do diálogo e do dissenso.

A era digital trouxe consigo um multiverso de realidades interconectadas, onde o fato, a versão, o consenso e a verdade estão em constante disputa. Nesse cenário, é fundamental evitar que um único grupo ou entidade assuma o controle absoluto sobre a construção da verdade.

Como bem ensinou Locke, a liberdade, ainda que arriscada, é o alicerce de qualquer sociedade que aspire à justiça. Cabe a nós, enquanto participantes desse multiverso digital, garantir que as tribos digitais não sejam convertidas, destribalizadas, convertidas, censuradas ou mesmo eliminadas advogo por uma coexistência que aceita a tensão, o conflito de ideias e a fricção social e sua polarização.

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: Um tratado na sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2018.

BROWN, Radcliffe. *Estrutura e função em antropologia*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: História da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2013.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997.

HABERMAS, Jürgen. *Historia y crítica de la opinión pública: la transformación estructural de la vida pública*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1981.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBBES, Thomas. *Leviatã: ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LIMA, Roberto Kant de. *Sensibilidades jurídicas, moralidades e processo penal: tradições judiciárias e democracia no Brasil contemporâneo*. Revista de Estudos Criminais, v. 48, p. 7-34, 2013.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1975.

EDWALDO COSTA: Coordenador do Mestrado em Comunicação Digital do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), é Pós-Doutor em Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) e em História pela Universidade de Brasília (UnB). Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Mestre em Comunicação Social pela Universidade de Marília (Unimar) e Especialista pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Formado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e em Ciências da Computação, possui ampla experiência acadêmica, tendo atuado como professor na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), no Centro Universitário Toledo de Araçatuba e na União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo (Uniesp). Atualmente, é membro efetivo da Academia de Letras do Brasil – Seccional Distrito Federal e atua como jornalista e assessor de imprensa na Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha do Brasil (DGDNTM).

RICARDO DA SILVA RODRIGUES: Doutor em Direito pela Universidade Estácio de Sá, Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente, exerce a função de Chefe de Gabinete na Câmara dos Deputados e atua como consultor jurídico, com especialização em Antropologia, Sociologia e Política. Com ampla experiência nas áreas de eleições, comportamento legislativo, acesso à justiça, cultura e direito, destaca-se pela capacidade de integrar análises e estratégias que combinam perspectivas sociais e jurídicas, contribuindo para o aprimoramento de políticas públicas e processos institucionais.

ÍNDICE REMISSIVO

ÍNDICE REMISSIVO

COMUNICAÇÃO

INFLUENCIANDO, PERSUADINDO E GERANDO IMPACTO

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2025

COMUNICAÇÃO

INFLUENCIANDO, PERSUADINDO E GERANDO IMPACTO

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2025